

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	10
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	38
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	40
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	41
10.5 - Políticas contábeis críticas	43
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	46
10.8 - Plano de Negócios	47
10.9 - Outros fatores com influência relevante	49

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Não existe uma política formalizada de gerenciamento de riscos. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia não possuía uma política de gerenciamento de riscos formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta.

A Companhia está contratando empresa especializada que será responsável pela implantação da gestão de riscos corporativos. Para mais informações, vide o item 5.5 deste Formulário de Referência.

b. Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia até 30 de setembro de 2016 não possuía estrutura organizacional formal de controle de gerenciamento de riscos, no entanto, constituiu uma comissão para a elaboração do mapeamento e monitoramento das ferramentas de controle atualmente existentes. Há dois anos estão sendo implementadas melhorias na área de Controle Interno, as quais já apresentam significativo aprimoramento em rotinas de trabalho, dentre as quais podemos destacar:

(a) a contratação de empresa especializada pela implantação da gestão de riscos. Para mais informações, vide o item 5.5 deste Formulário de Referência;

(b) o controle interno está na fase de mapeamento dos controles atualmente existentes na Companhia, repassando processo por processo (trabalho de longo prazo);

(c) o controle interno está administrando a implantação das melhorias necessárias com base na Lei de Acesso à Informação (atualmente, catalogando as informações sigilosas da SANEPAR), da Lei Anticorrupção (elaboração e implantação do programa de integridade) e, mais recentemente, da Lei das Estatais (participando da comissão de análise que tem por objetivo sugerir as adaptações necessárias da nova lei); e

(d) a par disso, o controle interno cuida da gestão do Portal da Transparência e da interface entre órgãos de controle externo (TCE, CGE e Ministério Público, por exemplo).

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Conforme informado no item anterior, a Companhia até 30 de setembro de 2016 não possuía estrutura organizacional formal de controle de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em 30 de setembro de 2016, não existia uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

A razão pela qual a Companhia não adotou uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado é que acredita que a sua estrutura esteja adequada e com controles internos suficientes para verificação da efetividade das ferramentas utilizadas para gerenciar os riscos de mercado.

São realizadas avaliações mensais das posições individuais e consolidadas da Companhia, que nos permitem acompanhar os resultados financeiros e os respectivos impactos no fluxo de caixa.

b. objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

i. riscos para os quais se busca proteção:

A Companhia está exposta a riscos de mercado resultantes do curso normal das atividades. No entanto, a Companhia entende que, atualmente, não há necessidade de buscar proteção para riscos de mercado de maneira sistemática e nem possui uma política formal de proteção de riscos de mercado.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, taxa de juros e de liquidez.

ii. estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

iii instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não faz uso de transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*).

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Risco de Negócio

A Companhia está exposta a diversos riscos associados à operação normal para o setor de saneamento básico, porém todos são gerenciados, administrados ou amenizados pela Companhia de forma a não impactar, significativamente o resultado das operações.

Risco de Crédito

Para gerenciamento do risco de crédito, a administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto a Companhia, apesar da prática do corte de abastecimento não ser aplicada ao Poder Público. Caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobranças judiciais.

Risco de liquidez

Para gerenciamento do risco de liquidez a Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos em conformidade com o cronograma de pagamentos, monitorando os prazos de liquidação dos direitos e obrigações de modo a não afetar a liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do cronograma de compromissos, a fim de não serem gerados riscos de liquidez.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Risco de Taxa de Juros**

Para o gerenciamento das flutuações na inflação, a Companhia utiliza em seus modelos de projeção, diferentes níveis de inflação no estabelecimento de cenários para o seu desenvolvimento. Para o gerenciamento das taxas de juros e índices de preço, a Companhia sempre que possível utiliza indexadores de baixa volatilidade de modo a poder estimar mais precisamente seus desembolsos futuros.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que não está exposta aos riscos que justificam tais transações.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia até 30 de setembro de 2016 não possuía estrutura organizacional formal de controle de gerenciamento de riscos, no entanto, constituiu uma comissão para a elaboração do mapeamento e monitoramento das ferramentas de controle atualmente existentes. Há dois anos estão sendo implementadas melhorias na área de Controle Interno, as quais já apresentam significativo aprimoramento em rotinas de trabalho.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme informado na resposta anterior, a Companhia até 30 de setembro de 2016 não possuía estrutura organizacional formal de controle de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração é responsável por estabelecer e manter controles internos eficazes sobre os relatórios financeiros. O controle interno da Companhia sobre os relatórios financeiros destina-se a oferecer garantias razoáveis com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações contábeis publicadas. Em virtude de suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros não poderá impedir ou detectar declarações inverídicas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e no período findo em 30 de setembro de 2016 e com base nesta avaliação, a Administração acredita que os controles internos relativos à elaboração das demonstrações contábeis são eficazes.

b as estruturas organizacionais envolvidas

Informamos que as estruturas organizacionais da Companhia envolvidas nos controles internos são: (i) Gerência Contábil; (ii) Gerência de Controle Interno e Auditoria; (iii) Ouvidoria; (iv) Gerência Jurídica; e (v) Assessoria de Planejamento Estratégico.

c se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão dos controles internos é da Gerência de Controle Interno e Auditoria quando do mapeamento e monitoramento das ferramentas de controle atualmente existentes na Companhia.

Esclarecemos que as melhorias na área de Controle Interno são relativamente novas na Companhia (cerca de dois anos) e apresentam significativo aprimoramento em rotinas de trabalho que até então possuíam necessidade de melhoras nas ferramentas de gestão.

A gestão dos controles internos da Companhia é realizada pela Gerência de Controle Interno e Auditoria.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A seguir são apresentadas as recomendações sobre os controles internos da Companhia apresentados no relatório de recomendações emitido pelos auditores independentes da Companhia referente às deficiências nos controles internos classificadas como significativas:

1. Ausência de controles efetivo de cauções contratuais
<p><i>"Durante o processo licitatório para aquisição de bens e serviços, a Sanepar requer de seus fornecedores caução contratual. Tais valores são depositados pelos fornecedores em conta caução em nome da Sanepar, sendo os mesmos sujeitos a rendimentos atrelado à poupança. Quando o fornecedor cumpre as cláusulas determinadas em contrato, tais valores podem ser resgatados. Caso as cláusulas não sejam cumpridas, os valores ficam retidos.</i></p> <p><i>A Companhia adota como prática registrar os montantes em seu ativo, pelo valor inicial da caução, tendo como contrapartida o passivo, para controle das cauções. Entretanto, a correção dos valores pela poupança não vem sendo registrada pela Sanepar. Além disso, em 2013 a Companhia obteve Parecer emitido por seu departamento jurídico interno nº 2.975/12 e aprovado pela diretoria que permite resgatar os valores que foram aplicados há mais de 23 anos e ainda mantidos em caução, visto que os recursos são de gestão da Sanepar e permanecem em seu nome, ficando com a obrigação de garantir a correção e fazer a devolução quando o titular reunir as condições burocráticas para tal, visto que o montante pertence a terceiro e não há prazo prescricional para o pedido de levantamento. Como os saldos ativo e passivo não são corrigidos e ainda há possibilidade de que tais valores sejam devolvidos aos fornecedores, o passivo correspondente às cauções resgatadas está subavaliado.</i></p> <p><i>Entendemos que a Sanepar deve aprimorar os controles de gestão do passivo, principalmente dos valores mais antigos, com o detalhe individual por titular, número de contrato, número da licitação para que seja possibilitada a devolução imediata quando solicitada. Assim, recomendamos que a Companhia procure preparar tal controle e realize a correção monetária dos montantes com base nos percentuais da poupança, conforme previsto em lei."</i></p>
2. Fragilidade no processo de reconciliação de depósitos judiciais
<p><i>"Verificamos que o depósito judicial é baixado pela Contabilidade quando essa recebe um processo do Jurídico informando custas e</i></p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

saldo a reverter do respectivo depósito. Além disso, em alguns casos não foi realizado o encontro de contas no momento em que é feito uma baixa, e não há a identificação do número da ação em todos os processos listados. Verificamos que durante o ano de 2015 a companhia iniciou um processo de reconciliação dos saldos dos depósitos judiciais que a mesma mantinha em diversos bancos.

Recomendamos que a Companhia conclua a conciliação dos saldos de depósitos judiciais tempestivamente em conjunto com o Setor Jurídico. E que seja mantido as informações completas para cada um dos depósitos, para ser possível de maneira simples efetuar o vínculo de um depósito judicial com a planilha de controle das provisões de contingências."

3. Aprimoramento dos relatórios analíticos e reconciliações contábeis

"Verificamos que a Companhia, mais precisamente o departamento contábil, deve efetuar uma revisão nos relatórios analíticos, os quais podem ser utilizados no aprimoramento de análises pela Companhia e nas reconciliações contábeis. Alguns relatórios precisaram ser desenvolvidos pelo departamento de TI da Sanepar, e nem sempre estão prontamente disponíveis. Além disso, ainda podemos destacar que para algumas contas não é realizado a conciliação do saldo contábil com algum relatório extra contábil, como por exemplo:

- 1) Relatório de saldos parcelados de clientes em aberto por fatura/acordo parcelamento e a reconciliação com o relatório comercial que permitiria um acompanhamento mais preciso dos atrasos em parcelamentos;
- 2) Relatório de fornecedor aberto por fatura e a reconciliação com o relatório do financeiro, que facilitaria a análise de itens não usuais ao contas a pagar;
- 3) Relatório detalhado do ativo intangível em que constem as variações dos saldos e das taxas que variam de acordo com a situação do bem, bem como o cálculo da amortização mensal para reconciliação com as despesas de depreciação;

Recomendamos o desenvolvimento destes relatórios e outros relatórios de controle de forma analítica, de forma que os mesmos possam ser gerados em arquivos eletrônico como em txt ou Excell para ser utilizado pela companhia como forma de controle.

- 4) Identificamos saldos credores no relatório de outros pagamentos reembolsáveis, pois o mesmo consta um saldo de R\$1.982 mil referente a provisão de baixa de alguns lançamentos.

Sugerindo reclassificação deste saldo para a conta 11339 – Pagamentos reembolsáveis vencidos e não liquidados."

4. Dados cadastrais dos Clientes

"Durante o processo de revisão das contas a receber, identificamos no relatório "CLIENTES ANALÍTICO – CTA-CLI122015" que 47.546 matrículas cadastrais no sistema da companhia, possuem informações em branco referente a dados cadastrais de seu respectivo cliente.

Entendemos que a falta do preenchimento dos dados cadastrais de seus clientes reflete em uma fragilidade no departamento comercial da companhia.

Entendemos que a Sanepar deve aprimorar os controles do departamento comercial, principalmente para corrigir essa situação, para que seja possibilitada a identificação dos dados cadastrais referente a cada matrícula cadastrada no sistema."

5. Cálculo dos Juros sobre Capital Próprio – JCP

"Verificamos que a Sanepar esta incluindo na base de calculo dos juros sobre capital próprio -JCP o valor da realização da Reserva de Reavaliação e do Custo Atribuído, conforme variação das contas 24.322 (Realização dos Ajustes da Avalia Gao de Contas de Ativos) e 24.392 (Realização da Reserva de Reavaliação) contra a conta 24.620 (Resultado do Exercício). Porem, para fins de calculo da remuneração do capital próprio, estes valores somente terão natureza de Lucro Líquido para compor o Patrimônio Líquido após o encerramento do exercício.

De acordo com o Art. 9º, § 8º da Lei 9.249 de 1995 e Art. 59 da Lei 11.941/2009, das contas do Patrimônio Líquido utilizadas para calculo do JCP, será eliminadas as contas relativas Reserva de Reavaliação e Ajustes de Avaliação Patrimonial.

O calculo e veiculação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP esta a cargo do Banco Central do Brasil (BACEN) e se apresenta expressa em percentuais anuais e com vigência e divulgação trimestral.

Desta forma, a TJLP publicada refere-se ao valor anual valido para determinado trimestre e tal fato implica calcular-se a TJLP pro rata dia para que o valor aplicado sobre a base de calculo do JCP seja feito de forma diária e devidamente acumulado.

O efeito liquido das duas inconsistências identificadas gera efeito imaterial no valor dos juros sobre capital próprio calculado, porem, sugerimos reavaliar as contas contábeis e taxas utilizadas para o calculo da remuneração do capital próprio, visando evitar questionamentos fiscais bem como maximizar o valor do JCP dedutível a ser pago aos acionistas, respectivamente."

6. Recibo de Doações

"Verificamos que a companhia está deduzindo do seu IR a pagar valores relativos a doações realizadas no decorrer de 2014, doações que perfazem um total de R\$5.814.810, porem a sociedade mantém em sua guarda apenas parte dos recibos de doação, aproximadamente R\$2.589.810, deixando o restante das doações sem lastro documental de pagamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Informamos que, em caso de eventual fiscalização, os valores não comprovados poderão ser glosados, com base no art. 26 da Lei 8.313/91, art. 1º do Decreto 6.180/07 e art. 3º da Lei 12.913/10.

2014		2015	
Doações		Doações	
Com recibos	2.589.811	Com recibos	1.850.000
Sem recibos	3.225.000	Sem recibos	1.213.340
Total	5.814.811	Total	3.063.340

Lembramos ainda que os valores demonstrados acima foram deduzidos diretamente do imposto de renda apurado e não da sua base de cálculo."

7. PIS e COFINS - Creditos sobre bens do ativo imobilizado / Intangível -natureza dos itens

"Analisamos os bens do ativo imobilizado que compõem a base de cálculo para tomada de crédito do PIS e da COFINS e identificamos alguns itens que, pela natureza, podem ser questionados pelo fisco por não serem diretamente utilizados nas atividades fins de prestações de serviços desenvolvidas pela SANEPAR, como por exemplo:

- 181382 - Botina de segurança padrão Sanepar com solado de pu n: 41
- 180467 - Camisa manga longa com botões n: 2
- 248800 - Tênis de segurança padrão Sanepar cor preta n: 36
- Amortização de gastos com programa de informática.
- Amortizações do intangível

Sugerimos que a Companhia reavalie detalhadamente a natureza dos itens do ativo imobilizado que são objeto de apropriação de créditos de PIS e COFINS, efetuando os ajustes fiscais e contábeis se necessários e, se for o caso, recolher as contribuições com os devidos acréscimos legais."

8. PIS e COFINS - Creditos sobre aquisição de mercadorias e serviços utilizados como insumos - natureza dos itens

"De acordo com o disposto no artigo 3º das Leis nºs 10.637/02 (PIS) e 10.833/03 (COFINS), é admitida a utilização de determinados créditos para fins de dedução dos valores devidos. O direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS é limitado pela legislação federal aos casos expressamente determinados.

Identificamos eventuais riscos referentes a apropriação de créditos sobre contratação de estagiários e sobre aquisição de material de limpeza, uniformes e equipamentos de proteção individual.

Entendemos que há um potencial risco de autuação por parte da fiscalização federal. Face ao exposto, em eventual fiscalização, não afastamos o risco das autoridades fiscais glosarem tais créditos e, na hipótese de obtenção de saldo devedor após os devidos ajustes, exigirem o recolhimento dos tributos com acréscimo de multa de 75% (setenta e cinco por cento) e juros equivalentes a taxa SELIC. Assim, recomendamos que a Companhia reavalie o procedimento empregado na tomada de tais créditos a fim de evitar a glosa dos valores."

9. Revisão periódica dos perfis de acesso aos sistemas

"Entendemos que a Companhia precisa aprimorar o processo de revisão periódica dos usuários ativos nos sistemas FATOR RH, SAM, SFI, SCP, SC1 e SGP, a fim de identificar e revogar acessos indevidos e atualizar os perfis de acesso dos colaboradores de acordo com seus respectivos cargos/funções.

Verificamos que o procedimento de revisão periódica dos usuários ativos e seus respectivos perfis de acessos no sistema SGC, não gera evidências da revisão dos gestores responsáveis.

Não há procedimento formal definido para o processo de revisão dos acessos quando da transferência do colaborador, a fim de adequar os perfis de acessos para que sejam pertinentes com as funções desempenhadas atualmente.

Adicionalmente, para 6 usuários analisados, identificamos que 3 destes, possuem seus acessos em desacordo com suas funções, conforme confirmação dos seus respectivos gestores.

Os usuários cujos perfis não estavam de acordo são:

Usuário	Nome Completo	Sistema
S007531	Mario Antonio Demiciano	SGP
S013232	Fernanda Ostan	SF I
S004628	Mario de Castro Britto Junior	SAM

Dessa maneira, recomendamos a Companhia revisar periodicamente todos os perfis dos usuários registrados nos sistemas e documentar a aprovação formal dos gestores responsáveis. A documentação suporte deve evidenciar os responsáveis pela revisão e pelas aprovações, as datas, os usuários e perfis de acesso revisados e aprovados. Ainda a definição de controle, preferencialmente sistêmico, para solicitação de aprovação dos acessos de funcionários ao gestor responsável no caso de qualquer alteração de cargo ou lotação. Definir de prazo máximo para aprovação dos acessos de funcionários após a transferência. E definir de controle,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

preferencialmente sistêmico, para bloqueio de usuários transferidos cujo perfil de acesso não tenha sido aprovado pelo gestor dentro de prazo definido após a transferência."

10. Monitoramento de acessos dos usuários nos sistemas

"Entendemos que a Companhia precisa aprimorar o processo de controle que contemple a análise e revisão de logs relacionados a atividades e transações do processo de TI consideradas críticas nos sistemas escopo da auditoria, tais como alteração de parâmetros de segurança, alteração nos perfis de acesso e concessão/revogação de acessos.

Tendo a Companhia como riscos a morosidade ou impossibilidade de identificação de acessos indevidos ou em desacordo com as políticas da Companhia.

Dessa maneira, recomendamos para a Companhia definir o procedimento formal de monitoramento de acessos que contemple os seguintes aspectos:

- ✓ Definição das operações críticas a serem monitoradas;
- ✓ Definição dos responsáveis pela revisão das trilhas de auditoria;
- ✓ Definição da periodicidade da revisão/monitoramento."

11. Segregação de fundo nos processos de associação dos perfis de acesso

"O departamento de TI é responsável pela criação do usuário no sistema, entretanto, a definição e associação dos perfis de acesso aos usuários, são de responsabilidade e executadas dos gestores das áreas de negócio.

Tendo a Companhia como riscos o acesso indevido e/ou não autorizado, podendo incorrer em perda de informações e modificações indevidas em dados críticos.

Dessa maneira, recomendamos a criação do papel de associação dos perfis de acesso aos usuários deve ser executada, única e exclusivamente, pelo departamento de TI. E o privilégio de associação dos perfis de acesso aos usuários, deve ser restrito ao departamento de TI."

12. Monitoramento das mudanças aplicadas em produção

"Entendemos que a Companhia precisa aprimorar o processo de controle de monitoramento das mudanças transportadas para produção, com a finalidade de identificar possíveis falhas não detectadas durante a especificação funcional e homologação.

Tendo a Companhia como riscos a morosidade ou impossibilidade de identificação de erros não perceptíveis durante fase de testes, vinculados a mudanças aplicadas em ambiente de produção.

Dessa maneira, recomendamos que o monitoramento pós-implementação das mudanças deve ser efetuado com o intuito de identificar possíveis falhas em ambiente produtivo que não foram identificadas nas etapas de especificação, desenvolvimento e testes (adequabilidade da modificação em ambiente real). Ainda sob a perspectiva de auditoria, a natureza deste controle é detectiva, ou seja, não previne que o risco se materialize, mas identifica ou detecta falhas na execução de outros controles sobre as mudanças. E para operacionalização de tal controle, pode-se definir um período de quarentena de acordo com a criticidade da modificação, onde os resultados decorrentes do programa modificado devem ser monitorados e reportados formalmente pela área usuária."

13. Segregação de funções nas etapas de gerenciamento de mudanças

"Entendemos que a Companhia precisa aprimorar o processo de segregação de funções entre atividades presentes nas etapas do gerenciamento de mudança para aplicações desenvolvidas internamente. Atualmente o colaborador responsável pelo desenvolvimento da solução, também é responsável pelo transporte da mudança para ambiente de produção.

Adicionalmente, identificamos 1 colaborador da área de negócio com acesso ao transporte de mudanças para o ambiente de produção:

Usuário	S011461	
Nome Completo	Ariel Garcia Mainardes – Gerente AAC- Assessoria Assuntos Corporativos	
Responsável pela Avaliação	Danilo Alves da Silva – Coord. Sistemas Comerciais – USTI	
Acesso	Ferramenta Trans	
Sistemas com Acesso	Justificativa do acesso	Acesso necessário?
SFI e SGC	Até 2011 o colaborador em questão era funcionário da USTI e trabalhava na equipe de sistemas comerciais, por esta razão da autorização de acesso ao TRANS	Não

Ausência de segregação infere o risco de alterações no ambiente de produção sem o devido conhecimento e aprovação de comitê ou gestor da área usuária e da área de TI, potencializando alteração indevida de dados intencionalmente ou acidentalmente.

Dessa maneira, recomendamos que para todas as mudanças solicitadas, os funcionários responsáveis pela solicitação, desenvolvimento, aprovação e transporte para produção devem estar em grupos de autorização segregados, de forma que nenhum

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

funcionário tenha acesso concomitante a mais de uma dessas atividades. Somente funcionários responsáveis pelo transporte devem ter acesso aos diretórios e ferramentas de transporte de produção."

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A seguir são apresentados os comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório de recomendações emitido pelos auditores independentes da Companhia:

1. Ausência de controles efetivo de cauções contratuais
<i>"Desde o ano de 2000 a área financeira utiliza sistema de controle informatizado contendo todos os dados necessários para o controle das cauções contratuais e cuja conciliação ocorre mensalmente. Dos valores registrados a longa data, a Companhia não possuía até o ano de 2000 controles adequados, pois eram realizados essencialmente de forma manual. As Unidades de Finanças e Contábil possuem os registros das garantias que ainda estão pendentes de liberação, inclusive as retidas anteriormente ao ano de 2000, sendo que para liberação dessas garantias, é necessário que a contratada apresente Laudo de Recebimento de Obras e Serviços, acerto de materiais, quando necessário, e da CND – Certidão Negativa de Débitos relativo a CEI – Cadastro Específico do INSS daquela obra. Quanto à correção dos valores a Companhia está estudando a adoção de tal prática."</i>
2. Fragilidade no processo de reconciliação de depósitos judiciais
<i>"A Administração da Companhia vem aprimorando seus controles sobre a conta de depósitos judiciais, em 2015 foi realizado grande esforço entre as áreas jurídicas, contábil e financeira da Companhia, para identificação, baixa e regularização, proporcionando uma reversão de mais de R\$27 milhões nesta conta. Faremos a complementação das informações em nossos controles."</i>
3. Aprimoramento dos relatórios analíticos e reconciliações contábeis
<i>"Relativamente as recomendações dos relatórios analíticos mencionados nos itens 1 e 2, a Companhia informa que estará aprimorando e realizando melhorias entre as áreas contábil, comercial e financeira.</i> <i>Em relação ao item 3, a Administração da Companhia entende que o Sistema de Gestão Patrimonial dispõe de todas as informações necessárias, tendo sido atendidas todas as solicitações da Auditoria Externa.</i> <i>Quanto ao item 4, informamos que o referido ajuste foi efetuado em janeiro de 2016."</i>
4. Dados cadastrais dos Clientes
<i>"A Administração da Companhia concorda com a reconsideração e revisará seus controles e procedimentos comerciais visando a complementação das informações cadastrais de seus clientes."</i>
5. Cálculo dos Juros sobre Capital Próprio – JCP
<i>"Conforme justificado no Relatório de Recomendações do exercício de 2014, reiteramos que podemos segmentar este tópico em duas respostas:</i> 1) <i>Base de Cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio: A Lei 9.249/95, define que não será considerado na composição da base de cálculo do JSCP, SALVO se ADICIONADO ao lucro líquido para a determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor de reserva de reavaliação de bens e direitos da pessoa jurídica (art. 347 — Decreto 3.000/99). Neste aspecto, a Sanepar adiciona no cálculo do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL os impactos da Reserva de Reavaliação e da Atribuição do Novo Custo ao Imobilizado, não sendo necessário nenhum ajuste na base de cálculo do JSCP; e</i> 2) <i>Taxa Aplicada sobre a Base de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio: A Companhia efetuou os cálculos em bases mensais (capitaliza Gao composta), considerando a "taxa efetiva mensal" da "taxa anual divulgada pelo BACEN", que em nosso entendimento, não reflete em diferença técnica em comparação ao utilizar-se uma "taxa efetiva diária", pois ambas as formas de cálculo, são "matematicamente efetivas" a taxa anual divulgada, e devem resultar em montantes equivalentes."</i>
6. Recibo de Doações
<i>"Informamos que até a presente data: (i) referente ao exercício de 2014, a Companhia juntou aos processos de Doações Incentivadas o montante de R\$4.833.811,00, reduzindo o valor pendente para R\$981.000,00; (ii) em relação ao exercício de 2015 constam recibos comprovando o montante de R\$2.980.000,00.</i> <i>Informamos ainda que este sendo intensificado o processo de cobrança dos recibos faltantes referentes aos anos-calendários anteriores, de maneira a obter a comprovação da totalidade dos recursos repassados a título de incentivo fiscal. Destacamos que a partir do ano-calendário de 2016, a Companhia adotou o procedimento de exigir o Recibo antes da data do repasse financeiro, objetivando mitigar o risco deste processo."</i>
7. PIS e COFINS - Créditos sobre bens do ativo imobilizado / Intangível - natureza dos itens
<i>"Reiteramos que a Companhia utiliza como crédito no cálculo da COFINS/PASEP os encargos de depreciação e amortização dos bens adquiridos a partir de maio de 2004, controlados no Sistema de Gestão Patrimonial (SGP), alocados exclusivamente nos sistemas produtivos da Companhia, não compondo portanto, aqueles bens das áreas administrativas.</i> <i>Desta forma, vale esclarecer que os bens alocados nas áreas operacionais são essenciais para o pleno desempenho das atividades de produção."</i>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

8.	PIS e COFINS - Créditos sobre aquisição de mercadorias e serviços utilizados como insumos - natureza dos itens
	<i>"Esclarecemos que a Companhia utilize para as contas levantadas somente os gastos relacionados diretamente com os custos de produção e operação, ou seja, em nosso entendimento tratam-se de gastos necessários (insumos) para a geração das receitas tributáveis e também por se tratar de montante imaterial em relação a base total de créditos."</i>
9.	Revisão periódica dos perfis de acesso aos sistemas
	<i>"Periodicamente, é enviado as áreas da Sanepar, um relatório das chaves dos empregados da sua unidade, com seus respectivos direitos de acessos, para que seja validada pelos gestores da área, que em última instância são os responsáveis por aprovar/reprovar os acessos que seus colaboradores possuem."</i>
	<i>Das chaves acima listadas somente a chave S007531 Mauro Antonio Demiciano possui o acesso listado - ao sistema SGP, estando em conformidade com a sua função de Coordenador Planejamento e Administração."</i>
10.	Monitoramento de acessos dos usuários nos sistemas
	<i>"A Sanepar concorda que a necessário:</i> <ul style="list-style-type: none"> <i>• Revisar e definir as operações críticas a serem monitoradas;</i> <i>• Revisar e incluir procedimentos de geração de trilhas de auditoria em sistemas críticos que não possuem este recurso atualmente</i> <i>• Revisar e definir os responsáveis pela revisão das trilhas de auditoria;</i> <i>• Revisar e definir a periodicidade da revisão/monitoramento."</i>
11.	Segregação de fundo nos processos de associação dos perfis de acesso
	<i>"A liberação de acessos de usuários aos recursos de TI é efetuada pela TI."</i>
	<i>A associação dos perfis de acesso aos sistemas é administrada pelos gestores que tem conhecimento da necessidade de cada usuário. Desta forma, quando o gestor aprovar o acesso, a mesma é implementada por procedimento através da TI."</i>
12.	Monitoramento das mudanças aplicadas em produção
	<i>"O procedimento de homologação de quaisquer mudanças em sistemas a efetuado pelo gestor da aplicação, que aprova ou não o procedimento, ficando registrado a sua ação."</i>
	<i>Desta forma, o gestor da aplicação é responsável pela homologação que, se efetuada com qualidade, garante que a implementação não implicará em problemas em produção."</i>
13.	Segregação de funções nas etapas de gerenciamento de mudanças
	<i>"Somente as chaves de empregados da TI tem permissão para efetuar transporte para a produção. O colaborador listado acima não possui mais acesso e o mesmo foi retirado do grupo."</i>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Informamos que até a data de fechamento deste Formulário de Referência, não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A Companhia está contratando empresa especializada que será responsável pela implantação da gestão de riscos corporativos, com base nos padrões definidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO*, em seu documento COSO II – Enterprise Risk Management (“ERM”). A gestão de riscos consistirá no método objetivo e pragmático para identificar os principais riscos aos objetivos estratégicos da Companhia, por meio de metodologias que auxiliam na identificação, avaliação, priorização e monitoramento contínuo dos riscos, bem como na formulação de planos que visem à mitigação desses riscos e/ou seus eventuais efeitos.

A efetiva criação de um modelo de gerenciamento dos principais riscos corporativos na Companhia, acompanhado com as políticas, procedimentos, monitoramento e controles internos que de fato mitiguem os riscos identificados, atenderá às demandas presentes e futuras que dizem respeito ao *compliance*, governança corporativa, regulação e outros relevantes para a perenidade da Companhia.

Neste sentido, a Companhia irá utilizar a ferramenta metodológica COSO II ou qualquer outra que eventualmente venha a substituí-la. Essa metodologia é uma referência global para o processo de *Enterprise Risk Management*, denominação internacional para a gestão integrada de riscos.

De acordo com as definições desse padrão, o ERM deve ser composto por oito elementos relacionados, conforme explanado a seguir:

- **Ambiente Interno:** O ambiente interno contempla o tom de uma organização e se configura como a base de como o risco é percebido e tratado pelas pessoas envolvidas, considerando a filosofia de gestão de riscos e o apetite de evento de risco (disposição de tolerar riscos), a integridade e os valores éticos e o ambiente operacional.
- **Definição de Objetivos:** A organização deve implantar um processo de definição de estratégia e objetivos antes de identificar riscos. O ERM procura assegurar que a administração adota um adequado processo para definir objetivos, alinhado não só com a missão corporativa mas também com o seu apetite a risco.
- **Identificação dos Riscos:** A organização deve definir processos e técnicas para identificação e categorização (agrupamento) de eventos. Os eventos devem ser distinguidos entre riscos e oportunidades, sendo que os primeiros devem ser gerenciados e os últimos direcionados adequadamente dentro da organização.
- **Avaliação dos Riscos:** A organização deve definir processos e critérios para avaliação e priorização dos eventos internos e/ou externos (riscos) que podem impedir o alcance dos seus objetivos empresariais.
- **Tratamento dos Riscos:** A organização deve definir critérios para selecionar a opção adequada para mitigar os riscos e alinhá-los com o apetite definido internamente, desenvolvendo uma série de ações e iniciativas.
- **Ambiente Controlado:** A organização deve definir e implantar políticas e procedimentos para garantir que os riscos estão devidamente controlados e que os objetivos estratégicos sejam alcançados.
- **Informação e Comunicação:** A organização deve definir e implantar um processo de informação e comunicação para que os temas relevantes sejam identificados, capturados e comunicados oportuna e adequadamente, possibilitando que os envolvidos com o assunto as recebam com o nível de conteúdo apropriado para que possam executar suas atividades.
- **Monitoramento:** A organização deve definir e implantar um processo de monitoramento do processo de gerenciamento integrado de riscos corporativos, de forma contínua e em âmbito global.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Companhia é uma empresa do setor de saneamento básico, detentora da concessão para operar serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto em 346 municípios, sendo 345 de um total de 399 existentes no Estado do Paraná e um município localizado no Estado de Santa Catarina. Atuando há 53 anos no setor, é uma das responsáveis pelo Paraná figurar entre os Estados com os melhores indicadores sociais do País e também com um dos melhores índices de cobertura dos serviços prestados entre suas congêneres.

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, visto que é uma forte e consistente geradora de caixa e possui um nível de alavancagem adequado.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 o EBITDA da Companhia foi de R\$894,0 milhões, R\$835,8 milhões e R\$802,8 milhões, respectivamente, e de R\$912,3 milhões e R\$655,5 milhões nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, respectivamente. Apesar de o EBITDA ter apresentado progresso nos últimos anos, a Margem EBITDA vem apresentando queda. A queda deste indicador é preocupante, pois além dos compromissos financeiros decorrentes das atividades operacionais, a Companhia possui contratos de financiamentos que contêm cláusulas restritivas que exigem a manutenção de índices financeiros dentro de certos limites, dentre os quais o EBITDA. Caso este indicador fique fora do limite, os contratos poderão ter seus vencimentos antecipados, com a exigência de pagamento integral das referidas dívidas.

A Receita operacional líquida da Companhia, que aumentou 10,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, passando de R\$2.370,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$2.617,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, e 13,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R\$2.617,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$2.971,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 19,5% passando de R\$2.134,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$2.550,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

Adicionalmente, a Diretoria da Companhia acredita que o lucro líquido da Companhia tem se mostrado consistente: R\$438,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, R\$421,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, R\$402,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e R\$467,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, não havendo razão para acreditar que haverá mudança nesta tendência.

A Diretoria da Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo em relação aos recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e em 30 de setembro de 2016, conforme demonstrado no quadro a seguir, foi calculado pela relação entre ativo circulante e passivo circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014	2013
Índice de Liquidez Corrente (ILC) (1)	1,04	1,00	0,73	1,10
Índice de Liquidez Geral (2)	0,39	0,33	0,32	0,36
Índice de Dívida Bruta (3)	29,9	28,3%	24,8%	21,7%

⁽¹⁾ O Índice de Liquidez Corrente (ILC) é calculado pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

⁽²⁾ O Índice de Liquidez Geral é calculado pela divisão do Ativo Circulante (+) Ativo Não Circulante (não considerando o imobilizado, intangível e investimentos) pelo Passivo Circulante (+) Passivo Não Circulante.

⁽³⁾ O índice de dívida bruta é calculado pela divisão da dívida bruta (assim entendida como o somatório dos empréstimos, financiamentos, debêntures circulante e não circulante) pelo passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido da Companhia.

Ademais, os índices de alavancagem apresentados na tabela abaixo mostram ainda que a alavancagem da Companhia vem se demonstrando estável em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, e em 30 de setembro de 2016, mesmo com o crescimento nominal da dívida líquida.

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014	2013
	<i>(Em milhões de Reais, exceto nível de alavancagem)</i>			
Dívida Líquida ⁽¹⁾	2.304,0	2.172,2	1.803,4	1.319,0
Patrimônio Líquido	4.394,7	4.180,3	3.801,1	3.566,8
Nível de alavancagem ⁽²⁾	0,52	0,52	0,47	0,37

⁽¹⁾ A dívida líquida corresponde à soma dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional

⁽²⁾ Representa a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

A Diretoria da Companhia entende que a estabilidade dos índices ocorre porque embora haja um crescimento nominal da dívida líquida, o mesmo é compensado pela geração de caixa e de lucro líquido da Companhia. Ademais, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 houve redução substancial do índice em função da realização do aumento de capital da Companhia, mediante emissão de ações preferenciais, subscritas pelo Estado Paraná, por meio da incorporação de valores relativos a dividendos/juros sobre o capital próprio e créditos do Estado do Paraná para aumento do capital social da Companhia cujo saldo foi registrado em favor do Estado do Paraná.

A Diretoria acredita que o nível de endividamento da Companhia tem se mostrado abaixo da média do setor, enquanto que a rentabilidade em relação ao patrimônio líquido tem se mostrado acima da média do setor. Em 31 de dezembro de 2013 o total do ativo da Companhia atingiu R\$6.748,0 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo circulante mais Passivo não circulante) era de R\$3.181,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, o total do ativo da Companhia atingiu R\$7.551,7 milhões, enquanto que o total do passivo (Passivo circulante mais Passivo não circulante) era de R\$3.750,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, o total do ativo da Companhia atingiu R\$8.244,7 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo circulante mais Passivo não circulante) era de R\$4.064,4 milhões. Em 30 de setembro de 2016, o total do ativo da Companhia atingiu R\$8.974,1 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo circulante mais Passivo não circulante) era de R\$4.579,4 milhões.

A Diretoria entende que Companhia tem capacidade financeira de cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo contratadas junto a terceiros.

A taxa de rentabilidade resulta da divisão do lucro líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 pelo patrimônio líquido médio, conforme tabela abaixo:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014	2013
	<i>(Em milhões de Reais, exceto taxa de rentabilidade)</i>			
Lucro Líquido	467,9	438,4	421,6	402,9
Patrimônio Líquido Médio(*)	4.287,5	3.990,7	3.684,0	2.997,8
Taxa de rentabilidade	10,9%	11,0%	11,4%	13,4%

(*) O patrimônio líquido médio é calculado pela média dos patrimônios líquidos entre o exercício atual e o respectivamente anterior.

b. estrutura de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital da Companhia, enquanto relação entre capital próprio e exigibilidades, é adequada às atividades desenvolvidas e ao setor em que atua, sendo tais métricas de capitalização adequadas para obtenção de financiamentos junto aos bancos oficiais e multilaterais permitindo à Companhia lidar com os atuais níveis de investimentos e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida favorável (empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante).

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, medida pela dívida líquida sobre Patrimônio Líquido, apresenta níveis de alavancagem compatíveis com o tipo de negócio.

Em 30 de setembro de 2016, 79,0% das obrigações contraídas, ou seja, o somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, está concentrado no longo prazo.

Historicamente, a principal fonte de recursos para financiamento das atividades da Companhia é o capital de terceiros, exceto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando foi realizado aumento de capital na Companhia. A tabela abaixo mostra a estrutura de capital da Companhia nas datas indicadas:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014	2013
	(Em bilhões de Reais, exceto quando indicado)			
Capital próprio ⁽¹⁾	4,4	4,2	3,8	3,6
Capital de terceiros ⁽²⁾	4,6	4,1	3,8	3,2
Índice de Endividamento (vezes) ⁽³⁾	1,0x	1,0x	1,0x	0,9x

⁽¹⁾ Corresponde ao valor total do patrimônio líquido.

⁽²⁾ Corresponde ao valor total agregado de passivo circulante e passivo não circulante.

⁽³⁾ Corresponde à divisão do capital de terceiros pelo capital próprio acima mencionados.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos e debêntures, e para financiamento de operações. Em 30 de setembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$4.394,7 milhões, enquanto a sua dívida líquida era de R\$2.304,0 milhões.

A Companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

A tabela abaixo ilustra a evolução da dívida líquida e bruta da Companhia:

(em milhões de Reais)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014	2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Circulante	370,7	230,7	244,3	112,3
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Não circulante	2.309,8	2.105,3	1.628,2	1.353,5
Dívida bruta	2.680,5	2.336,0	1.872,5	1.465,8
Caixa e Equivalentes de Caixa	376,5	163,8	69,1	146,8
Dívida líquida ⁽¹⁾	2.304,0	2.172,2	1.803,4	1.319,0

⁽¹⁾ A Companhia calcula a dívida líquida como a dívida bruta (empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante), subtraída do valor relativo ao caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

A Companhia tem buscado alinhar sua geração de caixa às suas necessidades de capital de giro e para atender às obrigações financeiras que contraiu. Nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia logrou êxito em implementar a estratégia de alongar o perfil de sua dívida bruta e substituí-la por dívidas com taxas de juros menores, inclusive por meio de emissões de debêntures, cujas características estão descritas no item 18.5 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, as principais fontes de recursos utilizadas pela Companhia foram: (i) o capital de terceiros, principalmente por meio dos financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal (“CEF”) via recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) (recursos do FAT e do Fundo de Participação do PIS/PASEP), bem como por meio da captação de recursos no mercado de capitais pela emissão das debêntures, e de notas promissórias; e (ii) o caixa gerado pelas operações da Companhia.

A Diretoria da Companhia entende que os recursos de caixa gerados pelas operações da Companhia sejam suficientes para atender às suas necessidades operacionais e ao serviço de suas dívidas.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia pode acessar o mercado financeiro e de capitais para atender suas eventuais necessidades de liquidez, principalmente por meio de refinanciamento de dívidas já contraídas. Os instrumentos disponíveis são os empréstimos, as emissões de notas promissórias comerciais e de debêntures, entre outros.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os níveis de endividamento da Companhia e as características dos seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes são compatíveis com os resultados das suas atividades, com a sua geração de caixa e com as melhores práticas do mercado e que a Companhia está cumprindo com as obrigações assumidas nesses contratos, atendendo aos *covenants* e demais compromissos ali previstos.

Adicionalmente, a Diretoria acredita que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados demonstrados na seção 10.f.(i) “contratos de empréstimos e financiamentos relevantes” são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são suficientes realizar os investimentos nele previstos.

i. contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

A tabela abaixo demonstra a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures nas datas indicadas:

Descrição	Taxa de juros anual efetiva	Indexador	Vencimento Final	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	%			2016	2015	2014	2013
	(em milhares de R\$)						
Caixa Econômica Federal	6,62 a 13,68	TR	2038	845.077	804.662	770.187	712.552
Banco do Brasil S.A.	7,87	TR	2014	-	-	-	11.253
Município de Maringá – CEF/CURA	6,17	TR	2014	-	-	-	16
Debêntures da 2ª Emissão - 1ª Série	1,92	TJLP	2024	95.711	103.593	114.969	119.498
Debêntures da 2ª Emissão - 2ª Série	9,19	IPCA	2024	135.941	147.322	147.888	77.578
Debêntures da 2ª Emissão - 3ª Série	1,92	TJLP	2024	98.646	90.126	50.012	-
Debêntures da 3ª Emissão - 1ª Série	1,53	DI	2018	211.248	203.420	202.623	202.108
Debêntures da 3ª Emissão - 2ª Série	6,99	IPCA	2020	130.011	120.399	108.671	101.961
Debêntures da 4ª Emissão - 1ª Série	1,67	TJLP	2027	163.245	161.474	80.308	-
Debêntures da 4ª Emissão - 2ª Série	7,44	IPCA	2027	70.726	66.616	-	-
Debêntures da 5ª Emissão - 1ª Série	1,37	DI	2017	116.099	111.804	-	-
Debêntures da 5ª Emissão - 2ª Série	1,48	DI	2018	197.261	189.929	-	-
Debêntures da 6ª Emissão - 1ª Série	1,78	DI	2018	80.290	-	-	-
Debêntures da 6ª Emissão - 2ª Série	1,84	DI	2019	170.624	-	-	-
Notas Promissórias – 3ª. Emissão	1,06	DI	2015	-	-	102.175	-
BNDES	1,82 e 2,50	TJLP	2023	134.567	156.206	188.391	191.838
Banco do Brasil S.A. – PSI	3,00 a 6,00	-	2024	23.376	25.909	29.048	13.399
Banco Itaú S.A. – PSI	3,00 a 6,00	-	2025	26.689	29.355	23.361	5.511
BNDES – PAC2	1,76 a 2,05	TJLP	2028	181.011	125.193	54.860	30.106
Total				2.680.522	2.336.008	1.872.493	1.465.820

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Circulante	370.717	230.660	244.334	112.310
Não Circulante	2.309.805	2.105.348	1.628.159	1.353.510

Abaixo segue breve descrição das características dos instrumentos vigentes constantes na tabela acima.

Empréstimos Caixa Econômica Federal

Referem-se a contratos de financiamento firmados com a instituição financeira Caixa Econômica Federal, cujos recursos são oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, destinados a aumentar e melhorar a cobertura de atendimento à população com sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como financiar o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas. Estes empréstimos, possuem taxas de administração de 1,00% até 2,00% ao ano e taxas de risco de 0,30% a 1,70% ao ano e são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial e pelas receitas próprias da Companhia. A Companhia mantém junto à Caixa, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, equivalente a um encargo mensal.

Entre os meses de janeiro a dezembro de 2015, houve a liberação de R\$82,8 milhões e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 houve a liberação de R\$71,0 milhões.

Debêntures 2ª Emissão

Emitidas em 15 de agosto de 2011 para colocação em três séries, com valor nominal unitário de R\$39,5 mil, sendo: a 1ª série com 3.000 debêntures, a 2ª série com 3.000 debêntures e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$395,2 milhões. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada. As debêntures da 1ª e 3ª séries serão amortizadas em 121 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 1,92% ao ano, acima da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, com carência de 36 meses. A 2ª série será amortizada em 10 parcelas anuais e sucessivas com remuneração de 9,19% (taxa de referência + 1,92%) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado pelo IPCA, com carência de 37 meses.

Em 22 de junho de 2012 ocorreu a colocação de 1.500 debêntures e em 26 de março de 2013 houve a colocação de mais 1.500, totalizando 3.000 debêntures da 1ª série, correspondendo ao montante de R\$118,5 milhões.

Em 29 de outubro de 2013 ocorreu a colocação de 1.678 debêntures e em 18 de junho de 2014 houve a colocação de mais 1.322, totalizando 3.000 debêntures da 2ª série, correspondendo ao montante de R\$118,5 milhões. Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 19 de dezembro de 2014 ocorreu a colocação de 1.305 debêntures, em 09 de fevereiro de 2015 ocorreu a colocação de mais 1.305 debêntures e em 15 de junho de 2016 ocorreu a colocação de mais 482 debêntures, totalizando 3.092 debêntures da 3ª série, correspondendo ao montante de R\$114,9 milhões.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 09 de fevereiro de 2015, ocorreu a colocação de 1.305 debêntures da 3ª série, correspondendo a R\$49,4 milhões.

Os recursos dessa emissão são utilizados para financiar nosso plano de investimentos, o qual aumentará e melhorará a cobertura de nossos sistemas de abastecimento de água e esgoto em diversas cidades do Estado do Paraná, preparará estudos e projetos e investirá em nosso desenvolvimento institucional.

Debêntures 3ª Emissão

Em 15 de novembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de sua 3ª emissão, em duas séries, no montante total de R\$300,0 milhões, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação. As debêntures da 1ª Série da 3ª emissão são remuneradas com 110,8% da variação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) e serão pagas em parcelas semestrais e sucessivas com primeiro vencimento em 15 de maio de 2014 e o último vencimento em 15 de novembro de 2018. Sobre o valor unitário nominal atualizado pelo IPCA de cada uma das debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,99% ao ano, base 252 dias úteis, e serão pagas em parcelas semestrais e sucessivas com primeiro vencimento em 15 de maio de 2014 e o último vencimento em 15 de novembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As debêntures serão amortizadas da seguinte forma: (i) 1ª Série: em 03 parcelas anuais e sucessivas, com vencimentos em 15 de novembro de 2016, 15 de novembro de 2017 e 15 de novembro de 2018; (ii) 2ª Série: em duas parcelas anuais e sucessivas, com vencimentos em 15 de novembro de 2019 e 15 de novembro de 2020.

Os recursos dessa emissão serão usados para fins corporativos gerais, refinanciando nossa dívida e capital de giro.

Debêntures 4ª Emissão

Emitidas em 15 de julho de 2014 para colocação em duas séries, com valor nominal unitário de trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos, sendo: a 1ª série com 7.000 debêntures, a 2ª série com 3.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$328,6 milhões, com custo na captação no montante de R\$0,6 milhões. Essas debêntures são do tipo simples e nominativas, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada. As debêntures da 1ª série serão amortizadas em 120 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 1,67% ao ano, acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, com carência de 36 meses. A 2ª série será amortizada em 120 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 7,44% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado pelo IPCA, com carência de 36 meses.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES em 14 de novembro de 2014, ocorreu a colocação de 2.430 debêntures da 1ª série, correspondendo a 79,8 milhões.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES em 17 de junho de 2015, ocorreu a colocação de 904 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$29,7 milhões e a colocação pelo BNDESPAR de 770 debêntures da 2ª série, correspondendo a R\$25,3 milhões.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES em 18 de dezembro de 2015, ocorreu a colocação de 1.500 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$49,3 milhões e a colocação de 1.000 debêntures pelo BNDESPAR da 2ª série, correspondendo a R\$32,9 milhões.

Os recursos dessa emissão são utilizados para financiar nosso plano de investimentos, o qual aumentará e melhorará a cobertura de nossos sistemas de abastecimento de água e esgoto em diversas cidades do Estado do Paraná, preparará estudos e projetos e investirá em nosso desenvolvimento institucional.

Debêntures 5ª Emissão

Em 15 de junho de 2015 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, de sua 5ª emissão, em duas séries, no montante total de R\$300,0 milhões, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação. As debêntures da 1ª série da 5ª emissão são remuneradas com 109,70% da variação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) e terão prazo de vencimento de dois anos contados da data da emissão, vencendo em 15 de junho de 2017. As debêntures da 1ª série não terão o seu valor nominal unitário atualizado monetariamente. As debêntures da 2ª série da 5ª emissão, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro, são remuneradas com 110,50% da variação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) e terão prazo de vencimento de três anos contados da data da emissão, vencendo em 15 de junho de 2018. As debêntures da 2ª série não terão o seu valor nominal unitário atualizado monetariamente.

As debêntures serão amortizadas da seguinte forma: (i) 1ª série: integralmente amortizadas em 15 de junho de 2017; e (ii) 2ª série: integralmente amortizadas em 15 de junho de 2018.

Os recursos dessa emissão são utilizados para financiar nosso plano de investimentos e para o capital de giro.

Debêntures 6ª Emissão

Em 15 de agosto de 2016 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, de sua 6ª emissão, em até três séries, no montante total de R\$250,0 milhões, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos. As debêntures da 1ª série da 6ª emissão são remuneradas com 112,60% da variação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) e terão prazo de vencimento de dois anos contados da data da emissão, vencendo em 15 de agosto de 2018. As debêntures da 1ª série não terão o seu valor nominal unitário atualizado monetariamente. As debêntures da 2ª série da 6ª emissão, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro, são remuneradas com 113,00% da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

variação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) e terão prazo de vencimento de três anos contados da data da emissão, vencendo em 15 de agosto de 2019. As debêntures da 2ª série não terão o seu valor nominal unitário atualizado monetariamente.

As debêntures serão amortizadas da seguinte forma: (i) 1ª série: integralmente amortizadas em 15 de agosto de 2018; e (ii) 2ª série: integralmente amortizadas em 15 de agosto de 2019.

Os recursos dessa emissão são utilizados para financiar nosso plano de investimentos e para o capital de giro.

Empréstimos BNDES

Utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. São garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelas contas reservas (que constituem recursos depositados em conta corrente para garantia do pagamento do principal e acessórios, não movimentável pela Companhia), mantidas junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante.

Dois empréstimos possuem juros iguais à TJLP mais 2,5% ao ano e estão sendo amortizados em 108 parcelas sucessivas mensais. O empréstimo remanescente tem juros a uma taxa igual à TJLP acrescida de 1,8% ao ano e está sendo amortizado em 138 parcelas sucessivas mensais. Os contratos de empréstimo têm data de vencimento final em 2023.

Caso a TJLP seja superior a 6,0% ao ano, qualquer montante a pagar em virtude dessa alíquota mais alta será aplicado ao reembolso do principal. As alíquotas de 2,5% e 1,8% anuais acima da TJLP, somadas à parcela não capitalizada da TJLP de 6,0% ao ano, serão imputadas ao saldo da dívida principal, que já inclui a parcela capitalizada. Os juros serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante a amortização do principal.

Banco do Brasil – PSI (Programa de Sustentação do Investimento)

Com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos através do penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de 180 dias e desde que não exceda o vencimento final do contrato, cobrindo, 100% do saldo devedor da dívida. Esses contratos possuem juros a uma taxa fixa que varia de 3,0% a 6,0% ao ano.

Empréstimos Banco Itaú – PSI (Programa de Sustentação do Investimento)

Com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia.

Empréstimos BNDES – PAC 2

Com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados à ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas.

Notas Promissórias – 3ª Emissão

Em 15 de outubro de 2015 houve a liquidação da 3ª Emissão de Notas Promissórias, emitidas em 20 de outubro de 2014, sendo seu valor nominal de R\$100,0 milhões, as quais foram destinadas ao reforço do capital de giro da Companhia.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia procura manter e desenvolver boas relações comerciais com os principais agentes financeiros do mercado, visando potencializar o relacionamento com os seus parceiros financeiros, além de possibilitar o pronto acesso a linhas de crédito para o financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia não possuía qualquer operação de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas.

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei. Algumas das dívidas da Companhia, principalmente aquelas contraídas junto ao BNDES, estão garantidas com ativos reais. Ademais, as debêntures da 2ª e 4ª Emissões contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R\$29,0 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011, e R\$15,2 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data base de agosto de 2014.

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Cláusulas Contratuais Restritivas – *Covenants*

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

<i>Covenants</i> de contratos do BNDES e da 2ª e 4ª emissões de debêntures		
Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

Covenants de contratos da 3ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures

Índice	Limite
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA Ajustado/ Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5

Para os contratos do BNDES e da 2ª e 4ª emissões de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento, os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos doze meses. Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo dois trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20%.

Em relação a 3ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia estava atendendo integralmente os limites financeiros estabelecidos, tanto nas escrituras de emissão das Debêntures da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões, quanto nos contratos de financiamento junto BNDES.

g. limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Dos recursos oriundos dos contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal, com saldos a liberar, para a ampliação e melhoria da cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas, já foram utilizados 50,9%, restando a liberar R\$462,4 milhões em 30 de setembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ademais, foram utilizados 54,10% dos recursos oriundos dos contratos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, os quais estão sendo utilizados para perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização e, também, para ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná, restando a liberar R\$642,3 milhões em 30 de setembro de 2016, incluindo valores das Debêntures da 2ª e 4ª emissão.

Dos recursos oriundos do contrato de financiamento celebrado com o Banco do Brasil – PSI (Programa de Sustentação do Investimento), destinados à aquisição de máquinas e equipamentos em diversos municípios do Estado do Paraná, já foram utilizados 100%, não restando nenhum valor a liberar em 30 de setembro de 2016.

Dos recursos oriundos do contrato de financiamento celebrado com o Banco Itaú – PSI (Programa de Sustentação do Investimento) destinados à aquisição de máquinas e equipamentos em diversos municípios do Estado do Paraná, foram utilizados 100%, não restando nenhum valor a liberar em 30 de setembro de 2016.

Os Diretores acreditam que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são suficientes realizar os investimentos nele previstos.

Para mais informações sobre as características dos financiamentos mencionados acima, vide item 10.1(f) “i” acima.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis.

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. As demonstrações contábeis e as informações trimestrais - ITR foram auditadas e revisadas, respectivamente, por auditores independentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis.

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				
	2016	AV (%)	2015	AV (%)	AH (%)
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)				
Receita operacional líquida	2.550.911	100,0	2.134.203	100,0	19,5
Custos dos produtos e serviços	(1.057.700)	(41,5)	(984.678)	(46,1)	7,4
Lucro bruto	1.493.211	58,5	1.149.525	53,9	29,9
Despesas operacionais	(655.432)	(25,7)	(574.006)	(26,9)	14,2
Comerciais	(176.407)	(6,9)	(140.182)	(6,6)	25,8
Administrativas	(457.592)	(17,9)	(416.299)	(19,5)	9,9
Outras despesas operacionais	(3.251)	(0,1)	(1.656)	(0,1)	96,3
Resultado de equivalência patrimonial	(2.257)	(0,1)	(910)	(0,0)	148,0
Programa de participação nos resultados	(15.925)	(0,6)	(14.959)	(0,7)	6,5
Receitas (despesas) financeiras	(123.388)	(4,8)	(117.907)	(5,5)	4,6
Receitas financeiras	59.764	2,3	33.246	1,6	79,8
Despesas financeiras	(183.152)	(7,2)	(151.153)	(7,1)	21,2
Provisões	(85.533)	(3,4)	(58.695)	(2,8)	45,7
Cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais	(9.036)	(0,4)	1.614	0,1	(659,9)
Planos de aposentadoria e assistência médica	(76.497)	(3,0)	(60.309)	(2,8)	26,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	628.858	24,7	398.917	18,7	57,6
Imposto de renda e contribuição social	(160.938)	(6,3)	(99.897)	(4,7)	61,1
Lucro líquido	467.920	18,3	299.020	14,0	56,5

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida aumentou 19,5%, de R\$2.134,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$2.550,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida da Companhia por segmento para os períodos indicados:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2016	2015
	<i>(Em milhares de Reais)</i>	
Água	1.663.814	1.406.359
Esgoto	887.097	727.844
Total da Receita Operacional Líquida	2.550.911	2.134.203

A receita operacional líquida do negócio de resíduos sólidos está contemplada no segmento de Esgoto.

Sobre a receita da Companhia incidem o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PASEP") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sob o regime não cumulativo. Desta forma, a Companhia deduz créditos da base de cálculo da Contribuição para o PASEP e COFINS, resultando em uma alíquota efetiva média de 6,89%. Na eventualidade da incidência do PASEP e do COFINS sob o regime cumulativo, a alíquota efetiva média seria de 3,65%, sendo 3,00% referente ao COFINS e 0,65% ao PASEP.

A diretoria da Companhia entende que o aumento da receita operacional líquida no período é explicado principalmente: (i) pelo reajuste da tarifa dos serviços de água e esgotamento que foi aumentado em 10,48% aplicado para as contas faturadas a partir do dia 01 de abril de 2016, autorizado pelo Decreto Estadual nº 3.576 de 29 de fevereiro de 2016; (ii) pelo aumento do volume faturado de água em 0,4% e de esgotamento sanitário, que cresceu 3,75% devido principalmente ao aumento do número de novas ligações nas redes de abastecimento de água em 1,54%, bem como no sistema de esgotamento sanitário em 4,43% nos locais em que a Companhia presta serviços, resultante do crescimento populacional e do número de novas moradias abrangidas pelos serviços. Os Diretores da Companhia acreditam que esse aumento da demanda pelos serviços da Companhia é influenciado não só pelo crescimento econômico do Estado do Paraná, que permitem a evolução do consumo dos serviços da Companhia por um número maior de clientes, inclusive em virtude do aumento de moradias e, principalmente, condomínio de apartamentos com ligações individuais na rede de abastecimento de água da Companhia, como pelos programas sociais promovidos pelo Governo, tais como o "Minha Casa, Minha Vida".

O crescimento da receita operacional líquida da Companhia foi parcialmente afetado pelo aumento nos subsídios concedidos por meio de tarifas reduzidas para famílias de menor poder aquisitivo que passou de R\$58,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$65,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, conforme o Programa de Tarifa Social.

Custos dos Produtos e Serviços

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, os custos dos produtos e serviços totalizaram R\$1.057,7 milhões, um aumento de 7,4% em comparação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, que foi de R\$984,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta a composição dos custos dos produtos e serviços por natureza nos períodos indicados:

Descrição	Período de nove meses findo em 30 de setembro de					
	2016			2015		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
	<i>(Em milhares de Reais)</i>					
Pessoal	181.131	57.301	238.432	168.337	53.573	221.910
Materiais	56.298	17.542	73.840	53.104	18.426	71.530
Energia Elétrica	267.840	29.046	296.886	246.037	24.853	270.890
Serviços de Terceiros	135.219	82.441	217.660	131.834	88.794	220.628
Depreciações e Amortizações	76.621	67.792	144.413	65.544	56.823	122.367
Outros Custos	65.975	20.494	86.469	60.274	17.079	77.353
Totais	783.084	274.616	1.057.700	725.130	259.548	984.678

A diretoria da Companhia entende que essa variação no custo dos produtos e serviços ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) aumento de 7,4% nos custos com pessoal, em razão: (a) reajuste de 11,2% (INPC) nos salários do corpo técnico em face do acordo coletivo de trabalho, a partir de maio de 2016; (b) reajuste de 12,86% no vale alimentação/refeição, retroativo a fevereiro de 2016, a partir de maio de 2016; (c) indenização trabalhista de R\$9,2 milhões referente ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI dos empregados que aderiram o referido programa; (d) reajuste de 2,0% nos salários devido ao Ciclo Anual de Avaliação de 2015 - PCCR, retroativo a janeiro de 2016, em julho de 2016; e (e) reajuste de 10,9% do Sanesaúde; (ii) aumentos de 9,6% nos custos com energia elétrica; (iii) aumento nos gastos com serviços de terceiros, principalmente, nos serviços de operação de sistemas, e nos serviços de manutenção de redes; (iv) aumento nos gastos com materiais; (v) crescimento nos custos gerais e tributários; e (vi) aumento nos custos com depreciações e amortizações.

Despesas Operacionais

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 os custos e despesas operacionais líquidas somaram R\$655,4 milhões, um aumento de 14,2% em comparação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, no qual as despesas operacionais somaram R\$574,0 milhões. A diretoria da Companhia entende que essa variação ocorreu, especialmente, pelo crescimento das despesas comerciais e administrativas. A composição de despesas comerciais e administrativas por natureza da Companhia encontra-se abaixo:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2016	2015
	<i>(Em milhares de Reais)</i>	
Comerciais		
Pessoal	71.640	68.168
Materiais	2.511	2.365
Serviços de Terceiros	50.361	43.207
Depreciações e Amortizações	4.249	4.041
Perdas na Realização de Créditos	14.560	(9.640)
Outras Despesas	33.086	32.041
Totais das Despesas Comerciais	176.407	140.182
Administrativas		
Pessoal	432.289	399.136
Materiais	24.830	21.144
Serviços de Terceiros	104.497	83.087
Depreciações e Amortizações	11.419	-
Perdas na Realização de Créditos	(115)	12.283
Outras Despesas	40.403	47.752
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(91.199)	(81.256)
Despesas Capitalizadas (b)	(64.532)	(65.847)
Totais das Despesas Administrativas	457.592	416.299

^(a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e, posteriormente, transferidos para custos dos produtos e serviços e despesas comerciais.

^(b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

Despesas comerciais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas comerciais aumentaram 25,8%, passando de R\$140,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$176,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016. O aumento ocorreu principalmente pelo aumento dos gastos com pessoal e dos gastos com serviços de terceiros.

A despesa com pessoal, referente às despesas comerciais, aumentaram 5,1%, passando de R\$68,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$71,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, reflexo do reajuste coletivo; e da indenização trabalhista de R\$2,4 milhões referente ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI dos empregados que aderiram o referido programa.

A despesa com serviços de terceiros, referente às despesas comerciais, aumentaram 16,6%, passando de R\$43,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$50,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, principalmente nos serviços de cadastro e faturamento; nos serviços de cobrança, e nos serviços de arrecadação.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas, líquidas das transferências para custos e despesas comerciais e capitalizações, aumentaram 9,9%, passando de R\$416,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$457,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, em razão do aumento da despesa com pessoal em 8,3%; do crescimento da despesa com depreciação e amortização, crescimento da despesa com materiais de 17,4%.

Receitas (Despesas) Financeiras

As despesas financeiras aumentaram 21,2%, passando de R\$151,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$183,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, em razão do crescimento de 23,5% das despesas com juros e taxas de empréstimos, financiamentos e debêntures e de 30,4% das variações monetárias passivas.

As receitas financeiras aumentaram 79,8%, passando de R\$33,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$59,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, em razão do crescimento dos ganhos com aplicações financeiras.

Provisões

As provisões tiveram um aumento de 45,7%, passando de R\$58,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$85,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, principalmente pelo aumento das provisões tributárias, trabalhistas e ambientais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e a contribuição social aumentaram 61,1%, passando de R\$99,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$160,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, em razão do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi superior em relação ao mesmo período de 2015.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 houve uma economia no pagamento do imposto de renda e da contribuição social de R\$48,7 milhões, em função do crédito aos acionistas de Juros sobre o Capital Próprio em junho de 2016, em substituição aos Dividendos, no montante de R\$143,3 milhões.

Lucro Líquido

Em decorrência dos motivos discutidos acima, o lucro líquido da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi de R\$467,9 milhões, representando um crescimento de 56,5% em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, que foi de R\$299,0 milhões. A margem líquida foi de 18,3% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH (%)
Receita Operacional Líquida	2.971.185	100,0	2.617.040	100,0	13,5
Custos dos Produtos e Serviços	(1.345.162)	(45,3)	(1.115.124)	(42,6)	20,6
Lucro Bruto	1.626.023	54,7	1.501.916	57,4	8,3
Despesas Operacionais					
Comerciais	(202.780)	(6,8)	(199.832)	(7,6)	1,5
Administrativas	(591.952)	(19,9)	(485.515)	(18,6)	21,9
Outras Despesas Operacionais	(15.356)	(0,5)	(7.987)	(0,3)	92,3
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.688)	(0,1)	(186)	(0,0)	807,5
Programa de Participação nos Resultados	(40.947)	(1,4)	(41.258)	(1,6)	(0,8)
	(852.723)	(28,7)	(734.778)	(28,1)	16,1
Receitas (Despesas) Financeiras					
Receitas Financeiras	51.999	1,8	28.387	1,1	83,2
Despesas Financeiras	(211.473)	(7,1)	(137.955)	(5,3)	53,3
	(159.474)	(5,4)	(109.568)	(4,2)	45,5
Provisões					
Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	4.349	0,1	(29.906)	(1,1)	(114,5)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(77.861)	(2,6)	(76.470)	(2,9)	1,8
	(73.512)	(2,5)	(106.376)	(4,1)	(30,9)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	540.314	18,2	551.194	21,1	(2,0)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(101.870)	(3,4)	(129.608)	(5,0)	(21,4)
Lucro Líquido do Exercício	438.444	14,8	421.586	16,1	4,0

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou 13,5%, passando de R\$2.617,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$2.971,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida por segmento para os períodos indicados:

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2015	2014
Água	1.948.560	1.733.570
Esgoto	1.022.625	883.470
Total da Receita Operacional Líquida	2.971.185	2.617.040

A receita do negócio de resíduos sólidos está contemplada no segmento de Esgoto.

Sobre a receita da Companhia incidem o PASEP e COFINS sob o regime não cumulativo. Desta forma, a Companhia deduz créditos da base de cálculo da Contribuição para o PASEP e COFINS, resultando em uma alíquota efetiva média de 6,89%. Na eventualidade da incidência do PASEP e do COFINS sob o regime cumulativo, a alíquota efetiva média seria de 9,25%, sendo 7,60% referente ao COFINS e 1,65% ao PASEP.

A diretoria da Companhia entende que o aumento da receita operacional líquida entre os exercícios sociais é explicado principalmente: (i) pelo reajuste da tarifa dos serviços de água e esgotamento que foi aumentado em 12,5%, sendo 6,5% a partir das contas emitidas após 24 de março de 2015 e mais 6,0% a partir das contas emitidas após 01 de junho de 2015, pela revisão tarifária extraordinária de 8,0% a partir das contas emitidas após 01 de setembro de 2015; (ii) pelo crescimento das economias ativas de água em 2,7% e de esgotamento sanitário, que cresceu 5,7% devido principalmente ao aumento do número de novas ligações nas redes de abastecimento de água em 2,4%, bem como, no sistema de esgotamento sanitário em 5,7% nos locais em que presta os serviços, resultante do crescimento populacional e do número de novas moradias abrangidas pelos seus serviços. Os Diretores da Companhia acreditam que esse aumento da demanda pelos serviços da Companhia é influenciado não só pelo crescimento econômico do Estado do Paraná, que permitem a evolução do consumo dos serviços por um número maior de clientes, inclusive em virtude do aumento de moradias e, principalmente, condomínio de apartamentos com ligações individuais na rede de abastecimento de água da Companhia, como pelos programas sociais promovidos pelo Governo, tais como o “Minha Casa, Minha Vida”.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O crescimento da receita operacional líquida foi parcialmente afetado pelo aumento dos subsídios concedidos por meio de tarifas reduzidas para famílias de menor poder aquisitivo que passou de R\$66,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$80,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme o Programa de Tarifa Social.

Custos dos Produtos e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos dos produtos e serviços totalizaram R\$1.345,2 milhões, um aumento de 20,6% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no qual os custos dos produtos e serviços totalizaram R\$1.115,1 milhões.

A tabela abaixo apresenta a composição de custos dos produtos e serviços por natureza nos exercícios sociais indicados:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
Descrição	2015			2014		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
<i>(Em milhares de Reais)</i>						
Pessoal	229.134	72.937	302.071	206.090	65.489	271.579
Materiais	72.684	24.483	97.167	69.619	23.980	93.599
Energia Elétrica	344.155	35.122	379.277	183.525	17.905	201.430
Serviços de Terceiros	176.392	116.571	292.963	174.062	117.125	291.187
Depreciações e Amortizações	91.970	80.808	172.778	85.617	70.142	155.759
Outros Custos	78.412	22.494	100.906	79.518	22.052	101.570
Totais	992.747	352.415	1.345.162	798.431	316.693	1.115.124

A diretoria da Companhia entende que essa variação nos custos dos produtos e serviços ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) aumento dos custos com pessoal, que aumentaram 11,2%, em razão: (a) do reajuste de 7,7% (INPC) nos salários dos empregados em face do acordo coletivo de trabalho; (b) reajuste 13,6% no vale alimentação/refeição a partir de maio de 2015, retroativo a março de 2015; (c) abono indenizatório pago em dezembro de 2015; (d) provisão da gratificação de férias (R\$696,60 fixo por empregado); (e) crédito extra de vale alimentação/refeição no valor de R\$874,50 por empregado, pago em dezembro de 2015; e (f) reajuste do plano de saúde – Sanesaúde; (ii) aumento de 88,3% nos custos com energia elétrica; aumento nos gastos com serviços de terceiros, principalmente, nos serviços de operação de sistemas, nos serviços de manutenção de redes, nos serviços técnicos operacionais e nos serviços de remoção de resíduos de esgoto; (iv) aumento nos gastos com materiais para o processo de tratamento de água e com combustíveis e lubrificantes; e (v) aumento nos custos com depreciações e amortizações.

Despesas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 as despesas operacionais cresceram 16,1% passando de R\$734,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$852,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Diretoria da Companhia entende que essa variação ocorreu, especialmente, pelo crescimento das despesas comerciais e administrativas. A composição de despesas comerciais e administrativas por natureza da Companhia encontra-se abaixo:

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2015	2014
Comerciais		
Pessoal	92.508	84.799
Materiais	3.125	3.496
Serviços de Terceiros	58.193	54.948
Depreciações e Amortizações	5.405	5.323
Perdas na Realização de Créditos	(5.862)	9.524
Outras Despesas	49.411	41.742
Total das Despesas Comerciais	202.780	199.832
Administrativas		
Pessoal	544.900	465.283
Materiais	28.849	32.280
Serviços de Terceiros	134.215	123.157
Depreciações e Amortizações	16.011	13.935
Perdas na Realização de Créditos	1.063	-
Outras Despesas	64.231	42.570
Transferências para Custos e Despesas Comerciais ^(a)	(107.853)	(99.539)
Despesas Capitalizadas ^(b)	(89.464)	(92.171)
Total das Despesas Administrativas	591.952	485.515

^(a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e, posteriormente, transferidos para custos dos produtos e serviços e despesas comerciais.

^(b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

Despesas Comerciais

As despesas comerciais aumentaram 1,5% no período, passando de R\$199,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$202,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O aumento ocorreu principalmente pelo reajuste salarial de pessoal e crescimento em serviços de terceiros, este aumento nas despesas comerciais foi parcialmente compensado pela reversão da provisão para perdas na realização de créditos.

A despesa com pessoal, referente às despesas comerciais, aumentaram 9,1%, passando de R\$84,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$92,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, reflexo do reajuste coletivo.

A despesa com serviços de terceiros, referente às despesas comerciais, aumentaram 5,9%, passando de R\$54,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$58,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, em razão principalmente, pelo crescimento das despesas com serviços de limpeza e higiene, serviços de cobrança e serviços de arrecadação.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas, líquidas das transferências para custos e despesas comerciais e capitalizações, cresceram 21,9%, passando de R\$485,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$592,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, em razão do aumento dos gastos com pessoal em 17,1% e do aumento das despesas com depreciação e amortização em 14,9%.

Receitas (Despesas) Financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, tivemos uma despesa financeira de R\$211,5 milhões, em comparação a uma despesa financeira de R\$138,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 53,3%, influenciado principalmente pelo aumento das despesas com juros e taxas de empréstimos e financiamentos e das variações monetárias de empréstimos e financiamentos. Em 2015 a Taxa Referencial (TR) aumentou 0,94 p.p. em relação ao exercício anterior e a Taxa de Juros de Logo Prazo (TJLP) aumentou 1,25 p.p. no mesmo período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As receitas financeiras aumentaram 83,2%, passando de R\$28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$52,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, em função principalmente do aumento das receitas com aplicações financeiras.

Provisões

As provisões tiveram um decréscimo de 30,9%, passando de R\$106,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$73,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, influenciado principalmente pela redução das provisões trabalhistas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e a contribuição social diminuíram 21,4%, passando de R\$129,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$101,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, devido principalmente ao aumento da economia tributária de R\$57,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$69,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, em função do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos.

Lucro Líquido

Em decorrência dos motivos discutidos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$438,4 milhões, representando um crescimento de 4,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no qual o lucro líquido foi de R\$421,6 milhões. A margem líquida foi de 14,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
	<i>(Em milhares de R\$, exceto percentuais)</i>				
Receita Operacional Líquida	2.617.040	100,0	2.370.179	100,0	10,4
Custos dos Produtos e Serviços	(1.115.124)	(42,6)	(941.215)	(39,7)	18,5
Lucro Bruto	1.501.916	57,4	1.428.964	60,3	5,1
Despesas Operacionais					
Comerciais	(199.832)	(7,6)	(203.627)	(8,6)	(1,9)
Administrativas	(485.515)	(18,6)	(421.916)	(17,8)	15,1
Outras Despesas Operacionais	(7.987)	(0,3)	(2.214)	(0,1)	260,7
Resultado de Equivalência Patrimonial	(186)	(0,0)	-	-	n/a
Programa de Participação nos Resultados	(41.258)	(1,6)	(23.911)	(1,0)	72,5
	(734.778)	(28,1)	(651.668)	(27,5)	12,8
Receitas (Despesas) Financeiras					
Receitas Financeiras	28.387	1,1	32.451	1,4	(12,5)
Despesas Financeiras	(137.955)	(5,3)	(130.862)	(5,5)	5,4
	(109.568)	(4,2)	(98.411)	(4,2)	11,3
Provisões					
Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	(29.906)	(1,1)	(42.092)	(1,8)	(29,0)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(76.470)	(2,9)	(92.663)	(3,9)	(17,5)
	(106.376)	(4,1)	(134.755)	(5,7)	(21,1)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	551.194	21,1	544.130	23,0	1,3
Imposto de Renda e Contribuição Social	(129.608)	(5,0)	(141.226)	(6,0)	(8,2)
Lucro Líquido	421.586	16,1	402.904	17,0	4,6

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou 10,4%, passando de R\$2.370,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$2.617,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida por segmento para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2014	2013
	<i>(Em milhares de Reais)</i>	
Água	1.733.570	1.577.421
Esgoto	883.470	792.758
Total da Receita Operacional Líquida	2.617.040	2.370.179

A receita do negócio de resíduos sólidos está contemplada no segmento de Esgoto.

Sobre a receita da Companhia incidem o PASEP e COFINS sob o regime não cumulativo. Desta forma, a Companhia deduz créditos da base de cálculo da Contribuição para o PASEP e COFINS, resultando em uma alíquota efetiva média de 7,40%. Na eventualidade da incidência do PASEP e do COFINS sob o regime cumulativo, a alíquota efetiva média seria de 9,25%, sendo 7,60% referente ao COFINS e 1,65% ao PASEP.

A Diretoria da Companhia entende que o aumento da receita operacional líquida no período é explicado principalmente: (i) pela realização do reajuste da tarifa dos serviços de água e esgotamento que foi aumentado em 6,4%, aplicado para as contas faturadas a partir do dia 23 de março de 2014 e (ii) pelo aumento do volume faturado de água em 4,0% e de esgotamento sanitário, que cresceu 5,9% devido principalmente ao aumento do número de novas ligações nas redes de abastecimento de água em 3,3%, bem como no sistema de esgotamento sanitário em 5,5% nos locais em que a Companhia presta serviços, resultante do crescimento populacional e do número de novas moradias abrangidas pelos seus serviços. A Diretoria entende que o aumento da demanda pelos serviços da Companhia é influenciado não só pelo crescimento econômico do Estado do Paraná, que permite a evolução do consumo dos seus serviços por um número maior de clientes, inclusive em virtude do aumento de moradias e, principalmente, condomínio de apartamentos com ligações individuais na rede de abastecimento de água da Companhia, como pelos programas sociais promovidos pelo Governo, tais como o “Minha Casa, Minha Vida”.

O crescimento da receita operacional líquida foi parcialmente afetado pelo aumento dos subsídios concedidos por meio de tarifas reduzidas para famílias de menor poder aquisitivo que passou de R\$53,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$66,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, conforme o Programa de Tarifa Social.

Custos dos Produtos e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos dos produtos e serviços totalizaram R\$1.115,1 milhões, um aumento de 18,5% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, no qual os custos de produtos e serviços totalizaram R\$941,2 milhões.

A tabela abaixo apresenta a composição dos custos dos produtos e serviços por natureza nos exercícios sociais indicados:

Descrição	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2014			2013		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
	<i>(Em milhares de Reais)</i>					
Pessoal	206.090	65.489	271.579	184.163	57.818	241.981
Materiais	69.619	23.980	93.599	62.549	23.307	85.856
Energia Elétrica	183.525	17.905	201.430	151.241	14.805	166.046
Serviços de Terceiros	174.062	117.125	291.187	132.219	92.564	224.783
Depreciações e Amortizações	85.617	70.142	155.759	80.142	63.690	143.832
Outros Custos	79.518	22.052	101.570	59.509	19.208	78.717
Totais	798.431	316.693	1.115.124	669.823	271.392	941.215

O aumento nos custos dos produtos e serviços ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) aumento dos custos com pessoal, que aumentaram 12,2%, em razão: (a) exclusivamente para o Acordo Coletivo de Trabalho (“ACT”) 2013/2014 estabeleceu um acelerador de carreira que proporcionou aos empregados aumentos salariais de um a dois *STEPS*, o que representou um ganho real de 2,0% a 4,0% para os empregados; (b) do reajuste de 5,38% (INPC); (c) os reajustes citados nos itens “a e b” tiveram reflexos nos encargos sociais; (d) Programa de Alimentação ao Trabalhador (Evento 157) com o custo de R\$3,4 milhões por conta do reajuste no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vale alimentação de 10% contra 5,38% da inflação, o vale alimentação/refeição passou de R\$700,00 (ACT 2013/2014) para R\$770,00 (ACT 2014/2015); (e) Abonos, Indenizações e Avisos Prévios (Evento 155) com o custo de R\$14,1 milhões referente a indenização compensatória paga em dez/2014 conforme ACT; e (f) reajuste médio de 4,0% no salário, devido ao ciclo Anual de Avaliação de 2013; (ii) aumento de 21,3% nos custos com energia elétrica; (iii) aumento de 29,5% nos gastos com serviços de terceiros, principalmente, nos serviços de operação de sistemas, nos serviços de manutenção de redes, nos serviços técnicos operacionais e nos serviços de remoção de resíduos de esgoto; (iv) os gastos com materiais que aumentaram 9,0%, principalmente relacionado ao processo de tratamento de água, nossos laboratórios e a manutenção do sistema de abastecimento de água e esgoto, incluindo combustíveis e lubrificantes; e (v) os custos com depreciações e amortizações que cresceram 8,3%.

Despesas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 as despesas operacionais cresceram 12,8%, passando de R\$651,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$734,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Essa variação ocorreu, pelo crescimento das despesas comerciais e administrativas. A composição das despesas comerciais e administrativas por natureza encontra-se abaixo:

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2014	2013
Comerciais		
Pessoal	84.799	78.150
Materiais	3.496	3.352
Serviços de Terceiros	54.948	42.317
Depreciações e Amortizações	5.323	5.109
Perdas na Realização de Créditos	9.524	33.297
Outras Despesas	41.742	41.402
Totais das Despesas Comerciais	199.832	203.627
Administrativas		
Pessoal	465.283	408.298
Materiais	32.280	28.958
Serviços de Terceiros	123.157	100.840
Depreciações e Amortizações	13.935	11.336
Outras Despesas	42.570	43.706
Transferências para Custos e Despesas Comerciais ^(a)	(99.539)	(92.695)
Despesas Capitalizadas ^(b)	(92.171)	(78.527)
Totais das Despesas Administrativas	485.515	421.916

^(a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e, posteriormente, transferidos para custos dos produtos e serviços e despesas comerciais.

^(b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

Despesas Comerciais

As despesas comerciais diminuíram 1,9% no período, passando de R\$203,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$199,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. A queda deve-se principalmente pela redução de 71,4% das perdas na realização de créditos, passando de R\$33,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, influenciado pela redução das provisões de contas a receber do setor público municipal vencidas a mais de dois anos e contas com histórico de inadimplência – acima de 30 dias. A redução das perdas na realização de créditos foi parcialmente compensada pelo aumento das despesas com pessoal e serviços de terceiros.

A despesa com pessoal, relacionada às despesas comerciais, aumentaram 8,5%, passando de R\$78,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$84,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, em razão principal do reajuste salarial referente ao acordo coletivo de trabalho.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A despesa com serviços de terceiros, relacionadas às despesas comerciais, aumentaram 29,8% passando de R\$42,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$54,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, em razão, principalmente, do aumento da despesa com serviços de conservação e manutenção de bens, serviços de limpeza e higiene, serviços de cadastro e faturamento, serviços de cobrança e serviços de arrecadação.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas, líquidas das transferências para custos e despesas comerciais e capitalizações, cresceram 15,1%, passando de R\$421,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$485,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, em razão do aumento da despesa com pessoal em 14,0%; do crescimento dos gastos com materiais e das despesas com depreciação e amortização que aumentaram 11,5% e 22,9%, respectivamente, e da despesa com serviços de terceiros que aumentaram 22,1%.

Receitas (Despesas) Financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, tivemos uma despesa financeira de R\$138,0 milhões, em comparação a uma despesa financeira de R\$130,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 5,4%, em razão do aumento de 43,6% das despesas com juros e taxas de financiamentos e de debêntures.

As receitas financeiras diminuíram 12,5%, passando de R\$32,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, em função principalmente da redução da receita com aplicações financeiras.

Provisões

As provisões tiveram decréscimo de 21,1%, passando de R\$134,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$106,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, influenciado principalmente pela redução das provisões ambientais no montante de R\$1,1 milhão e das despesas com provisões para plano de saúde e previdência no montante de R\$16,2 milhões compensadas parcialmente pelo aumento das provisões cíveis no montante de R\$5,5 milhões e das provisões trabalhistas de R\$26,2 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e a contribuição social diminuíram 8,2%, passando de R\$141,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$129,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente ao aumento da economia tributária que passou de R\$43,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$57,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, em razão dos créditos de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos aos acionistas.

Lucro Líquido

Em decorrência dos motivos discutidos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$421,6 milhões, representando um crescimento de 4,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, no qual o lucro líquido foi de R\$402,9 milhões. A margem líquida foi de 16,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Balanço Patrimonial – Ativo (Em milhares de R\$, exceto percentuais)	30/09/2016	AV (%)	31/12/2015	AV (%)	AH (%)
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	376.480	4,2	163.797	2,0	129,8
Contas a Receber de Clientes, Líquido	545.666	6,1	477.281	5,8	14,3
Estoques	35.378	0,4	35.662	0,4	(0,8)
Impostos e Contribuições a Recuperar	792	0,0	28.829	0,3	(97,3)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Depósitos Vinculados	12.177	0,1	9.166	0,1	32,8
Outras Contas a Receber	35.313	0,4	23.648	0,3	49,3
Total do Ativo Circulante	1.005.806	11,2	738.383	9,0	36,2
Ativo Não circulante					
Contas a receber de Clientes, líquidas	10.249	0,1	9.736	0,1	5,3
Impostos e Contribuições a recuperar	721	0,0	684	0,0	5,4
Depósitos Vinculados	40.006	0,4	34.559	0,4	15,8
Ativos Financeiros Contratuais	162.571	1,8	77.420	0,9	110,0
Depósitos Judiciais	149.965	1,7	132.894	1,6	12,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	358.094	4,0	334.775	4,1	7,0
Outros Créditos	43.986	0,5	16.357	0,2	168,9
Investimentos	11.828	0,1	8.224	0,1	43,8
Imobilizado, líquido	134.564	1,5	130.043	1,6	3,5
Intangível, líquido	7.056.320	78,6	6.761.600	82,0	4,4
Total do Ativo Não Circulante	7.968.304	88,8	7.506.292	91,0	6,2
Total do Ativo	8.974.110	100	8.244.675	100,0	8,8
Balanço Patrimonial – Passivo					
(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	30/09/2016	AV (%)	31/12/2015	AV (%)	AH (%)
Passivo Circulante					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	370.717	4,1	230.660	2,8	60,7
Empreiteiros e Fornecedores	122.987	1,4	125.404	1,5	(1,9)
Contratos de Concessão	7.435	0,1	7.052	0,1	5,4
Impostos e contribuições	59.997	0,7	50.124	0,6	19,7
Salários e Encargos Sociais	171.635	1,9	140.286	1,7	22,3
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	137.730	1,5	95.101	1,2	44,8
Títulos a pagar	-	-	3.087	0,0	(100,0)
Receitas a apropriar	1.354	0,0	3.250	0,0	(58,3)
Cauções e Retenções Contratuais	2.609	0,0	2.684	0,0	(2,8)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	52.631	0,6	46.896	0,6	12,2
Outras contas a pagar	36.344	0,4	36.957	0,4	(1,7)
Total do Passivo Circulante	963.439	10,7	741.501	9,0	29,9
Passivo Não Circulante					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.309.805	25,7	2.105.348	25,5	9,7
Contratos de Concessão	90.636	1,0	91.115	1,1	(0,5)
Impostos e Contribuições	1.450	0,0	1.468	0,0	(1,2)
Receitas a Apropriar	-	-	542	0,0	(100,0)
Provisões	472.459	5,3	463.423	5,6	1,9
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	736.829	8,2	656.541	8,0	12,2
Outras Contas a Pagar	4.811	0,1	4.430	0,1	8,6
Total do Passivo Não Circulante	3.615.990	40,3	3.322.867	40,3	8,8
Total do Patrimônio Líquido	4.394.681	49,0	4.180.307	50,7	5,1
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	8.974.110	100,0	8.244.675	100,0	8,8

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 36,2%, em 30 de setembro de 2016 quando comparado ao ativo circulante em 31 de dezembro de 2015. O valor do ativo circulante era de R\$738,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando 9,0% do total do ativo.

Esse aumento no ativo circulante ocorreu principalmente pelo crescimento em Caixa e Equivalentes de Caixa, que aumentou de R\$163,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$376,5 milhões em 30 de setembro de 2016, correspondendo a um aumento de 129,8%, principalmente em virtude da geração de caixa pelas operações em 2016 e pelas emissões de debêntures.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou para R\$7.968,3 milhões em 30 de setembro de 2016 ou 6,2%, quando comparado ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2015, que era de R\$7.506,3 milhões. O valor do ativo não circulante representava 88,8% e 91,0% do total do ativo em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Esse aumento ocorreu principalmente em razão do crescimento do aumento do saldo dos ativos financeiros contratuais que aumentou 110,0%, passando de R\$77,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$162,6 milhões em 30 de setembro de 2016.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 29,9%, passando de R\$741,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$963,4 milhões em 30 de setembro de 2016. O passivo circulante representava 10,7% e 9,0% do total do passivo e do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

Esse aumento ocorreu principalmente pelo aumento do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures que aumentou 60,7%, passando de R\$230,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$370,7 milhões em 30 de setembro de 2016.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou 8,8%, ou R\$293,1 milhões, em 30 de setembro de 2016 se comparado ao passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015. O valor do passivo não circulante era de R\$3.616,0 milhões em 30 de setembro de 2016 e R\$3.322,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando 40,3% e 40,3% do total do passivo e do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

Esse aumento decorreu principalmente pelo crescimento do saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures que aumentou 9,7%, passando de R\$2.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.309,8 milhões em 30 de setembro de 2016.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 5,1% em 30 de setembro de 2016 se comparado ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015. O valor do patrimônio líquido era de R\$4.394,7 milhões em 30 de setembro de 2016 e R\$4.180,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando 49,0% e 50,7% do total do passivo e do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

Esse aumento decorreu, em função principalmente do lucro líquido apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 no montante de R\$467,9 milhões.

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Balanço Patrimonial – Ativo (Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2015	AV (%)	31/12/2014	AV (%)	AH (%)
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	163.797	2,0	69.061	0,9	137,2
Contas a Receber de Clientes, líquido	477.281	5,8	393.536	5,2	21,3
Estoques	35.662	0,4	35.166	0,5	1,4
Impostos e Contribuições a Recuperar	28.829	0,3	22.791	0,3	26,5
Depósitos Vinculados	9.166	0,1	13.725	0,2	(33,2)
Outras Contas a Receber	23.648	0,3	24.301	0,3	(2,7)
Total do Ativo Circulante	738.383	9,0	558.580	7,4	32,2
Ativo Não circulante					
Contas a Receber de Clientes, líquido	9.736	0,1	8.009	0,1	21,6
Impostos e Contribuições a Recuperar	684	0,0	786	0,0	(13,0)
Depósitos Vinculados	34.559	0,4	30.705	0,4	12,6
Ativos Financeiros Contratuais	77.420	0,9	54.586	0,7	41,8
Depósitos Judiciais	132.894	1,6	166.747	2,2	(20,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	334.775	4,1	379.075	5,0	(11,7)
Outros Créditos	16.357	0,2	16.923	0,2	(3,3)
Investimentos	8.224	0,1	8.204	0,1	0,2
Imobilizado, líquido	130.043	1,6	102.340	1,4	27,1
Intangível, líquido	6.761.600	82,0	6.225.784	82,4	8,6
Total do Ativo Não Circulante	7.506.292	91,0	6.993.159	92,6	7,3
Total do Ativo	8.244.675	100,0	7.551.739	100,0	9,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial – Passivo (Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2015	AV (%)	31/12/2014	AV (%)	AH (%)
Passivo Circulante					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	230.660	2,8	244.334	3,2	(5,6)
Empreiteiros e Fornecedores	125.404	1,5	141.079	1,9	(11,1)
Contratos de Concessão	7.052	0,1	6.372	0,1	10,7
Impostos e Contribuições	50.124	0,6	44.680	0,6	12,2
Salários e Encargos Sociais	140.286	1,7	128.837	1,7	8,9
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	95.101	1,2	92.218	1,2	3,1
Títulos a Pagar	3.087	0,0	7.200	0,1	(57,1)
Receitas a Apropriar	3.250	0,0	3.250	0,0	0,0
Cauções e Retenções Contratuais	2.684	0,0	2.864	0,0	(6,3)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	46.896	0,6	56.324	0,7	(16,7)
Outras Contas a Pagar	36.957	0,4	37.323	0,5	(1,0)
Total do Passivo Circulante	741.501	9,0	764.481	10,1	(3,0)
Passivo Não Circulante					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.105.348	25,5	1.628.159	21,6	29,3
Contratos de Concessão	91.115	1,1	88.706	1,2	2,7
Impostos e Contribuições	1.468	0,0	1.262	0,0	16,3
Títulos a Pagar	-	-	2.429	0,0	(100,0)
Receitas a Apropriar	542	0,0	3.792	0,1	(85,7)
Provisões	463.423	5,6	467.772	6,2	(0,9)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	656.541	8,0	788.529	10,4	(16,7)
Outras Contas a Pagar	4.430	0,1	5.524	0,1	(19,8)
Total do Passivo Não Circulante	3.322.867	40,3	2.986.173	39,5	11,3
Total do Patrimônio Líquido	4.180.307	50,7	3.801.085	50,3	10,0
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	8.244.675	100,0	7.551.739	100,0	9,2

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 32,2%, em 31 de dezembro de 2015 quando comparado ao ativo circulante em 31 de dezembro de 2014. O valor do ativo circulante era de R\$738,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$558,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando 9,0% e 7,4% do total do ativo, respectivamente.

Esse aumento no ativo circulante ocorreu principalmente pelo crescimento no Caixa e Equivalentes de Caixa, que aumentou de R\$69,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$163,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, correspondendo a um aumento de 137,2%, principalmente em virtude do caixa e equivalentes de caixa gerados pelas operações e pelas emissões de debêntures no exercício social de 2015.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou para R\$7.506,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 ou 7,3%, quando comparado ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2014, que era de R\$6.993,2 milhões. O valor do ativo não circulante representava 91,0% e 92,6% do total do ativo em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Esse aumento ocorreu principalmente em razão dos investimentos no ativo imobilizado e intangível no montante de R\$795,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Passivo Circulante

O passivo circulante diminuiu 3,0%, passando de R\$764,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$741,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. O passivo circulante representava 9,0% e 10,1% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Essa diminuição ocorreu principalmente pela redução do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures que diminuiu 5,6%, passando de R\$244,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$230,7 milhões em 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante aumentou 11,3%, de R\$2.986,2 milhões, em 31 de dezembro de 2014 para R\$3.322,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando 40,3% e 39,5% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

Esse aumento decorreu principalmente pelo crescimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures que aumentou 29,3%, passando de R\$1.628,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$2.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 10,0% em 31 de dezembro de 2015 se comparado ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2014. O valor do patrimônio líquido era de R\$4.180,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$3.801,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando 50,7% e 50,3% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente. O crescimento do Patrimônio Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 deveu-se principalmente pelo lucro líquido do exercício.

**ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COMPARADO COM O
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Balanço Patrimonial – Ativo (Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2014	AV (%)	31/12/2013	AV (%)	AH (%)
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.061	0,9	146.782	2,2	(52,9)
Contas a Receber de Clientes, líquido	393.536	5,2	368.622	5,5	6,8
Estoques	35.166	0,5	29.824	0,4	17,9
Impostos e Contribuições a Recuperar	22.791	0,3	18.587	0,3	22,6
Depósitos Vinculados	13.725	0,2	15.152	0,2	(9,4)
Outras Contas a Receber	24.301	0,3	22.155	0,3	9,7
Total do Ativo Circulante	558.580	7,4	601.122	8,9	(7,1)
Ativo Não circulante					
Contas a Receber de Clientes, líquido	8.009	0,1	8.100	0,1	(1,1)
Impostos e Contribuições a Recuperar	786	0,0	1.086	0,0	(27,6)
Depósitos Vinculados	30.705	0,4	30.278	0,4	1,4
Ativos Financeiros Contratuais	54.586	0,7	22.540	0,3	142,2
Depósitos Judiciais	166.747	2,2	143.797	2,1	16,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	379.075	5,0	340.994	5,1	11,2
Outros Créditos	16.923	0,2	5.733	0,1	195,2
Investimentos	8.204	0,1	2.937	0,0	179,3
Imobilizado, líquido	102.340	1,4	110.640	1,6	(7,5)
Intangível, líquido	6.225.784	82,4	5.480.800	81,2	13,6
Total do Ativo Não Circulante	6.993.159	92,6	6.146.905	91,1	13,8
Total do Ativo	7.551.739	100,0	6.748.027	100,0	11,9
Balanço Patrimonial – Passivo (Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2014	AV (%)	31/12/2013	AV (%)	Var. 2014/2013
Passivo Circulante					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	244.334	3,2	112.310	1,7	117,6
Empreiteiros e Fornecedores	141.079	1,9	132.427	2,0	6,5
Contratos de Concessão	6.372	0,1	5.988	0,1	6,4
Impostos e Contribuições	44.680	0,6	45.568	0,7	(1,9)
Salários e Encargos Sociais	128.837	1,7	113.663	1,7	13,3
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	92.218	1,2	34.844	0,5	164,7
Títulos a Pagar	7.200	0,1	6.681	0,1	7,8
Receitas a Apropriar	3.250	0,0	3.250	0,0	0,0
Cauções e Retenções Contratuais	2.864	0,0	3.837	0,1	(25,4)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	56.324	0,7	52.063	0,8	8,2
Outras Contas a Pagar	37.323	0,5	33.471	0,5	11,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total do Passivo Circulante	764.481	10,1	544.102	8,1	40,5
Passivo Não Circulante					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.628.159	21,6	1.353.510	20,1	20,3
Contratos de Concessão	88.706	1,2	89.353	1,3	(0,7)
Impostos e Contribuições	1.262	0,0	-	-	n/a
Títulos a Pagar	2.429	0,0	8.414	0,1	(71,1)
Receitas a Apropriar	3.792	0,1	7.042	0,1	(46,2)
Provisões	467.772	6,2	437.866	6,5	6,8
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	788.529	10,4	728.889	10,8	8,2
Outras Contas a Pagar	5.524	0,1	12.009	0,2	(54,0)
Total do Passivo Não Circulante	2.986.173	39,5	2.637.083	39,1	13,2
Total do Patrimônio Líquido	3.801.085	50,3	3.566.842	52,9	6,6
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.551.739	100,0	6.748.027	100,0	11,9

Ativo Circulante

O ativo circulante reduziu 7,1%, em 31 de dezembro de 2014 quando comparado ao ativo circulante em 31 de dezembro de 2013. O valor do ativo circulante era de R\$558,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$601,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando 7,4% e 8,9% do total do ativo, respectivamente.

Essa redução no ativo circulante ocorreu principalmente pela redução no caixa e equivalentes de caixa, que reduziu de R\$146,8 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$69,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, correspondendo a uma redução de 52,9%, principalmente em virtude da utilização do caixa e equivalentes de caixa nas atividades de investimentos e de financiamento pelo pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$130,0 milhões, que foi compensado parcialmente pelo caixa e equivalentes de caixa gerado pelas operações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, pela 3ª emissão de Notas Promissórias e pela emissão de Debêntures.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou para R\$6.993,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 ou 13,8%, quando comparado ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2013, que era de R\$6.146,9 milhões. O valor do ativo não circulante representava 92,6% e 91,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

Esse aumento ocorreu em razão principalmente dos investimentos em ativo imobilizado e intangível que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$954,0 milhões.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 40,5% passando de R\$544,1 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$764,5 milhões em 31 de dezembro de 2014. O passivo circulante representava 10,1% e 8,1% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

Esse aumento ocorreu principalmente pelo crescimento do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures que aumentou 117,6%, passando de R\$112,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$244,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, e da conta de dividendos e juros sobre o capital próprio, que aumentou 164,7%, passando de R\$34,8 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$92,2 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou 13,2% em 31 de dezembro de 2014 se comparado ao valor em 31 de dezembro de 2013. O valor do passivo não circulante era de R\$2.986,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$2.637,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando 39,5% e 39,1% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente.

Esse aumento decorreu principalmente pelo crescimento do saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures que aumentou 20,3%, passando de R\$1.353,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$1.628,2 milhões em 31 de dezembro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 6,6% em 31 de dezembro de 2014 se comparado ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2013. O valor do patrimônio líquido era de R\$3.801,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$3.566,8 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando 50,3% e 52,9% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente. O crescimento do patrimônio líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ocorreu principalmente pelo lucro líquido do exercício.

FLUXOS DE CAIXA

O fluxo de caixa da Companhia decorre substancialmente de suas operações, podendo variar de período a período conforme a flutuação de suas tarifas, de seus custos e do consumo de seus serviços. De acordo com o regime legal para reajuste de tarifas, a Companhia normalmente recupera parte do aumento de seus custos em um determinado período por meio de aumento das tarifas no período seguinte. A Companhia usa o caixa e equivalentes de caixa proveniente de suas operações principalmente para financiar suas atividades operacionais, pagar imposto de renda, contribuições e os empréstimos, financiamentos e debêntures captados.

As tabelas a seguir demonstram o sumário dos fluxos de caixa dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2016	2015
	(Em milhares de Reais)	
Caixa e Equivalentes de Caixa Gerados pelas Atividades Operacionais	819.072	628.447
Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimentos	(532.576)	(598.274)
Caixa e Equivalentes de Caixa Gerados pelas (Aplicados nas) Atividades de Financiamentos	(73.813)	121.168
Aumento no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	212.683	151.341

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
	(Em milhares de Reais)		
Caixa e Equivalentes Gerados pelas Atividades Operacionais	872.250	774.929	796.811
Caixa e Equivalentes Aplicados nas Atividades de Investimentos	(796.732)	(959.566)	(787.001)
Caixa e Equivalentes Gerados pelas (Aplicados nas) Atividades de Financiamentos	19.218	106.916	(82.203)
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	94.736	(77.721)	(72.393)

FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 COMPARADO COM OS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, as atividades operacionais geraram caixa e equivalentes de caixa de R\$819,1 milhões, enquanto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, geraram R\$628,4 milhões, representando um aumento de 30,3%. A variação foi em função do aumento do lucro líquido do exercício em 56,5%, tendo como fator principal o aumento da receita operacional líquida.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos totalizou R\$532,6 milhões e R\$598,3 milhões, respectivamente, representando uma redução de 11,0%. Essa variação foi devida, principalmente, a redução de 11,9% de investimentos no imobilizado e intangível.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, o caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$73,8 milhões em comparação ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades de financiamento de R\$121,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015. Essa variação foi devida, principalmente, a redução de 24,8% dos empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 quando comparado com o mesmo período de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO COM OS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as atividades operacionais da Companhia geraram caixa e equivalentes de caixa de R\$872,3 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, geraram R\$774,9 milhões, representando um aumento de 12,6%. A variação foi em função do aumento do lucro líquido do exercício em 4,0%, tendo como fator principal o aumento da receita operacional líquida.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o caixa e equivalente de caixa aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$796,7 milhões e R\$959,6 milhões, respectivamente, representando uma redução de 17,0%. Essa redução foi devida, principalmente, pela redução de 16,7% de investimentos no imobilizado e intangível.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o caixa e equivalente de caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$19,2 milhões e R\$106,9 milhões, respectivamente, representando uma redução de 82,0%. Essa redução foi devida, principalmente, aos aumentos de 117,5% e 46,8% das amortizações de financiamentos e pagamentos de juros sobre financiamentos, respectivamente.

FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COMPARADO COM OS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as atividades operacionais da Companhia geraram caixa e equivalentes de caixa de R\$774,9 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, geraram R\$796,8 milhões, representando uma redução de 2,7%. Essa redução decorreu principalmente pelo crescimento dos gastos com pessoal em função do reajuste concedido no Acordo Coletivo de Trabalho, com energia elétrica e com locação de bens móveis.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$959,6 milhões e R\$787,0 milhões, respectivamente, representando um aumento de 21,9%. Esse aumento foi devido, principalmente, a implementação do Plano Plurianual de Investimentos da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 o caixa e equivalente de caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$106,9 milhões em comparação com o caixa e equivalente de caixa aplicado nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 que totalizou R\$82,2 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, pela redução do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e pelo impacto referente ao pagamento de créditos ao Estado do Paraná no montante de R\$279,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é gerada preponderantemente por meio das suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e contratos de programa, que são decorrentes da renovação dos antigos contratos de concessão.

O crescimento da Companhia está ligado ao crescimento da população do Estado do Paraná e ao aumento do número de residências que necessitam dos serviços de saneamento básico. A rede fixa demanda um crescimento de aproximadamente 2% ao ano para atender ao crescimento da população e do aumento do número de residências. O aumento do número de famílias e residências que necessitam dos serviços de saneamento básico é parcialmente apoiado por programas governamentais destinados a reduzir o déficit habitacional no Brasil, incluindo o programa Minha Casa, Minha Vida, um programa habitacional criado pelo governo brasileiro para reduzir o déficit habitacional por meio de financiamento público para a construção de habitações para famílias de baixa renda, oferecendo empréstimos subsidiados de aproximadamente R\$280,0 bilhões para toda a cadeia produtiva do setor imobiliário brasileiro. O programa Minha Casa, Minha Vida resultou na construção de milhares de novas casas no Estado do Paraná desde o ano de 2011.

ii. fatores que afetaram materialmente a receita operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$2.370,2 milhões, sendo que desse total, R\$1.577,4 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$792,8 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$2.617,0 milhões, sendo que desse total, R\$1.733,6 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$883,4 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve aumento de 10,4% na receita operacional líquida da Companhia na comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, principalmente pelo reajuste de 6,4% da tarifa de água e esgoto em março de 2014, além da manutenção da cobertura de atendimento da Companhia em 100,0% dos moradores da área urbana das cidades que atende. O aumento do número de novas ligações de água e esgoto, bem como dos volumes faturados, contribuíram para o bom resultado obtido.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$2.971,2 milhões, sendo que desse total, R\$1.948,6 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$1.022,6 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve aumento de 13,5% na receita operacional líquida da Companhia principalmente pelo reajuste de 12,5% da tarifa de água e esgoto, sendo 6,50% a partir das contas emitidas após 24 de março de 2015 e mais 6,00% a partir das contas emitidas após 01 de junho de 2015 e pela revisão tarifária extraordinária de 8,0% a partir das contas emitidas após 01 de setembro de 2015, além da manutenção da cobertura de atendimento da Companhia em 100,0% dos moradores da área urbana das cidades que atende. O aumento do número de novas ligações de água e esgoto, bem como dos volumes faturados, contribuíram para o bom resultado obtido.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$2.550,9 milhões, sendo que desse total, R\$1.663,8 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$887,1 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve aumento de 19,5% na receita operacional líquida da Companhia comparado com o mesmo período de 2015, principalmente em razão do reajuste de 10,5% da tarifa de água e esgoto a partir de abril de 2016, além da manutenção da cobertura de atendimento da Companhia em 100,0% dos moradores da área urbana das cidades que atende. O aumento do número de novas ligações de água e esgoto, bem como dos volumes faturados, contribuíram para o bom resultado obtido.

Ademais, os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- as condições do ambiente macroeconômico brasileiro;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- crescimento do Estado do Paraná;
- reajuste de tarifas;
- situações climáticas;
- o custo dos insumos relevantes para suas operações; e

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As operações são restritas ao mercado interno e consequentemente não há impacto decorrente de taxa de câmbio na receita operacional líquida. A receita operacional líquida da Companhia é impactada pelo reajuste tarifário e pelo crescimento do volume faturado.

A receita operacional líquida e condição financeira são altamente dependentes da capacidade da Companhia de obter a aprovação e de estabelecer tarifas adequadas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No passado, por vezes, as tarifas não acompanharam a perda do poder aquisitivo da moeda brasileira em períodos de inflação elevada. Em geral, as tarifas são reajustadas levando-se em consideração principalmente a inflação e o aumento dos custos, respeitadas as categorias de consumidores e eventuais descontos.

O reajuste de tarifa da Companhia segue as orientações estabelecidas pela Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007 que dispõe sobre as diretrizes nacionais do saneamento. Ainda de acordo com a lei, a tarifa é reajustada uma vez por ano respeitando o prazo de 12 meses entre um reajuste e outro. O reajuste deve ser anunciado com antecedência de 30 dias da data que passará a vigorar. O reajuste das tarifas vem sendo realizado anualmente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014 a tarifa foi aumentada, respectivamente, em 6,9% e 6,4%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 houve reajuste de 12,5%, sendo 6,5% em março e 6,0% a partir de junho e pelo reajuste de 8,0% aplicado a partir de setembro em razão da revisão tarifária extraordinária. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 os valores das tarifas de saneamento básico foram reajustados em 10,5%, sobre os serviços prestados a partir de 30 dias após a publicação do Decreto Estadual nº 3.576, de 29 de fevereiro de 2016.

A tabela a seguir demonstra, nos períodos indicados, os aumentos percentuais das tarifas da Companhia (reajuste médio), comparados a três índices de inflação.

Períodos	Até 09/2016	2015	2014	2013
IPCA	5,51%	10,71%	6,41%	5,91%
IGP-M	6,64%	10,54%	3,69%	5,53%
IPC-FIPE	5,34%	11,07%	5,20%	3,89%
Sanepar	10,48%	21,5%	6,4%	6,9%

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro, quando relevante

A inflação, a variação de preços dos principais insumos e produtos e os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 e no período de nove meses findo em 30 setembro de 2016, foram absorvidos pelo crescimento orgânico da Companhia e pela recomposição tarifária, o que gerou receita suficiente para suportar estes impactos, conforme os resultados apurados. Com efeito, em março de 2013 e 2014, março, junho e setembro de 2015 e fevereiro de 2016, a Companhia reajustou suas tarifas em 6,9%, 6,4%, 6,5%, 6,0%, 8,0% e 10,5%, respectivamente, para recompor a tarifa dos seus serviços.

Os custos também tendem a aumentar com a inflação brasileira, tendo em vista que os preços dos insumos são denominados em reais, o que pode afetar adversamente as margens da Companhia. Além disso, a receita operacional e condição financeira da Companhia são afetados pelas flutuações das taxas de juros, na medida em que sua dívida está indexada às taxas de juros variáveis. Não obstante, historicamente a Companhia tem sido capaz de repassar os efeitos dos fatores macroeconômicos aos seus clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. *introdução ou alienação de segmento operacional.***

Até a data deste Formulário de Referência não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia.

b. *constituição, aquisição ou alienação de participação societária.*

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. *eventos ou operações não usuais.*

Desde a sua constituição, a Companhia não praticou eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Os diretores informam que até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos regidos pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões") (Contratos de Concessão) no ativo imobilizado, e os bens vinculados aos contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) de acordo com o modelo bifurcado (intangível e financeiro) definido pelo ICPC 01 e OCPC 05. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia alterou a forma de contabilização dos contratos regidos pela Lei de Concessões (Contratos de Concessão), passando a também registrá-los no ativo intangível.

Adicionalmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia passou a ajustar os ativos financeiros contratuais a valor presente. Este valor é referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas em decorrência dos bens vinculados a concessão, cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato.

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo imobilizado dos Balanços Patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 para o ativo intangível bem como, o ativo financeiro contratual considerando o cálculo do ajuste a valor presente - AVP.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Diretoria demonstra abaixo os efeitos das reclassificações efetuadas no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e em 01 de janeiro de 2013.

Ativo	Em 31 de dezembro de 2014		Em 31 de dezembro de 2014
	Divulgado	Ajuste	Reclassificado
	(Em milhares de reais)		
Não Circulante			
Ativo Financeiro Contratual	194.078	(139.492)	54.586
Imobilizado, líquido	5.527.281	(5.424.941)	102.340
Intangível, líquido	661.351	5.564.433	6.225.784
Ativo	Em 31 de dezembro de 2013		Em 31 de dezembro de 2013
	Divulgado	Ajuste	Reclassificado
	(Em milhares de reais)		
Não Circulante			
Ativo Financeiro Contratual	107.599	(85.059)	22.540
Imobilizado, líquido	5.094.158	(4.983.518)	110.640
Intangível, líquido	412.223	5.068.577	5.480.800
Ativo	01 de janeiro de 2013		01 de janeiro de 2013
	Divulgado	Ajuste	Reclassificado
	(Em milhares de reais)		
Não Circulante			
Ativo Financeiro Contratual	32.237	(4.774)	27.463
Imobilizado, líquido	4.760.122	(4.685.821)	74.301
Intangível, líquido	203.527	4.690.595	4.894.122

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**c. *ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor***

Os relatórios dos auditores independentes emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) relativos às demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, assim como o relatório sobre a revisão das informações trimestrais do trimestre findo em 30 de setembro de 2016 não contém ressalvas.

Os diretores informam que o relatório dos auditores independentes emitido pela EY sobre as demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 contém um parágrafo de ênfase descrevendo que, conforme mencionado na nota explicativa 2.2, em decorrência da adoção de nova prática contábil de registro dos ativos relacionados aos contratos de concessão regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95, os saldos dos ativos relacionados a tais contratos, anteriormente classificados no ativo imobilizado, foram também reclassificados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e em 01 de janeiro de 2013, para fins de comparação das demonstrações contábeis, conforme previsto no CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Adicionalmente, os diretores informam que o relatório dos auditores independentes emitidos pela EY sobre as informações trimestrais do trimestre findo em 30 de setembro de 2016 contém o seguinte parágrafo de ênfase:

“Em 24 de novembro de 2016, emitimos nosso relatório de revisão, sem modificações, sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, incluídas nas Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, essas informações contábeis intermediárias estão sendo reapresentadas para a divulgação dos resultados dos testes de recuperabilidade dos ativos em 31 de dezembro de 2015 na Nota Explicativa nº 9 – Imobilizado e Intangível. Consequentemente, nosso relatório de revisão considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido.”

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que os Diretores da Companhia utilizem estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nas informações contábeis da Companhia.

A diretoria da Companhia entende que as premissas utilizadas pela Companhia são adequadas e estão alinhadas com as atividades realizadas pela Companhia, saneamento básico. Referidas premissas são revisadas e atualizadas por uma equipe técnica da Companhia que detém conhecimento sobre as necessidades intrínsecas ao negócio da Companhia.

A diretoria da Companhia está ciente que os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas, entretanto, tais estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pelo corpo técnico da Companhia. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais premissas adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para Poder Público Municipal, exceto para as Prefeituras que não estejam efetuando pagamento das contas vencidas, para que as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos.

Impostos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base em um prazo considerado como razoável, bem como nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações contábeis indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis da Companhia*

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b. *natureza e o propósito da operação*

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

c. *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação*

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Todos os investimentos realizados pela Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 fazem parte do Plano Plurianual de Investimentos, que prevê a aplicação de cerca de R\$3,5 bilhões em obras nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos referidos períodos. Para mais informações vide o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia aprovou em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2015 o Processo de Planejamento Estratégico que engloba o Programa de Investimentos para o período de 2015 a 2017, o qual já foi informado à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, BM&FBOVESPA e ao mercado em geral por meio de Comunicado ao Mercado no dia 03 de março de 2015.

O programa de investimento em ativo imobilizado e intangível para o ano de 2016, no montante de R\$979,0 milhões, foi aprovado na 11ª/2015 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 17 de dezembro de 2015, dos quais R\$526,7 milhões já haviam sido investidos no ativo imobilizado e intangível no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

A Companhia segrega seus investimentos previstos predominantemente entre água e esgoto, conforme descrito a seguir:

Investimentos previstos	2017	2016
	<i>(Em milhares de reais)</i>	
Água	423.516	440.365
Esgoto	385.264	456.109
Outros	101.088	82.516
Total	978.990	909.869

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foram investidos pela Companhia R\$796,7 milhões no ativo imobilizado e intangível.

O Programa de Investimentos para os anos de 2015 a 2017 contempla recursos próprios e financiados, no valor estimado de R\$2,7 bilhões. Com a aprovação de referido Programa de Investimentos a Companhia possui como principal objetivo prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população que utiliza de seus serviços.

Adicionalmente, a Companhia busca por meio de recursos próprios e financiados aprimorar as suas seguintes perspectivas:

Sustentabilidade – Buscar a Sustentabilidade Econômico-Financeira e Socioambiental por meio da realização de seu Programa de Investimentos.

Clientes – Manter e ampliar o mercado de atuação, bem como promover a universalização do saneamento ambiental por meio da elevação da satisfação dos clientes e do fortalecimento da imagem perante o mercado.

Processos – Investir no desenvolvimento institucional por meio do aprimoramento: (i) da eficiência dos processos; (ii) da excelência dos produtos e serviços; e (iii) do asseguramento da gestão ambiental.

Pessoas – Aprimorar a gestão do conhecimento dos clientes por meio da satisfação dos serviços prestados e pela atuação com responsabilidade socioambiental.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os recursos relativos ao Plano Plurianual de Investimentos são oriundos de recursos próprios, bem como de terceiros, que a Administração pretende obter via contratação de novos financiamentos com instituições financeiras de fomento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Informamos que em 2014 a Sanepar e a empresa Cattalini S.A. constituíram a empresa CS Bioenergia S.A., sociedade na qual a Sanepar possui 40,0% do capital social e que tem como finalidade explorar e dar destinação final adequada a resíduos sólidos e orgânicos, bem como ao lodo produzido em estações de tratamento de esgoto, produção de biogás e geração de energia.

Além da participação acima e dos investimentos realizados em sistemas de saneamento básico no Estado do Paraná, não foram adquiridos quaisquer plantas equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente em sua capacidade de prestação de serviços.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui projetos para novos produtos e serviços em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui pesquisas de desenvolvimento de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 a Companhia realizou os seguintes investimentos:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

O ano do cinquentenário, 2013 também marcou um novo tempo na história dos investimentos. O total dos investimentos efetuados no imobilizado e no intangível foi de R\$787,0 milhões. Este empenho ocorreu tanto na área de projetos quanto na execução das obras. Nos municípios onde a Companhia está presente, as unidades têm trabalhado com toda a carga para manter o alto nível de investimento e garantir o serviço de qualidade à população. Pela primeira vez em na história, a Companhia contratou uma obra na modalidade locação de ativos, em valor aproximado de R\$200,0 milhões, a qual se destinou a ampliar o sistema de esgotamento sanitário dos municípios litorâneos de Matinhos e Pontal do Paraná. Até 2019, serão implantados em cada município 500 km de rede coletora de esgoto e 25.000 ligações domiciliares e, no total, 29 Estações Elevatórias de Esgoto. A iniciativa privada vai construir as instalações no padrão exigido pela Companhia. Concluído o empreendimento, as obras serão incorporadas ao patrimônio da Companhia, momento no qual assumirá a operação do sistema que durante 20 anos pagará o valor mensal de locação.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

O total dos investimentos efetuados no imobilizado e no intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$954,0 milhões, 21,2% maior do que o que foi investido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando investimos R\$787,0 milhões. Estes investimentos refletem a ênfase dada ao planejamento das obras em cada um dos sistemas onde a Companhia atua. O recorde registrado na aplicação de recursos reforça a importância dos planos para a viabilização dos grandes projetos, necessários ao desenvolvimento econômico e social dos municípios que escolhem a Sanepar como concessionária de água, de esgoto e de resíduos sólidos.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

O volume total de investimentos no imobilizado e no intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$795,1 milhões, 16,7% menor do que o que foi investido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, quando investimos R\$954,0 milhões. Os investimentos refletem a ênfase dada ao planejamento das obras em cada um dos sistemas onde a Companhia atua. A aplicação de recursos reforça a importância dos planos para a viabilização dos grandes projetos, necessários ao desenvolvimento econômico e social dos municípios que escolhem a Sanepar como concessionária de água, de esgoto e de resíduos sólidos.

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016

O volume total de investimentos no imobilizado e no intangível no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi de R\$526,7 milhões, 11,9% menor do que o que foi investido no imobilizado e no intangível no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, quando investimos R\$597,9 milhões. Os investimentos refletem a ênfase dada ao planejamento das obras em cada um dos sistemas onde a Companhia atua. A aplicação de recursos reforça a importância dos planos para a viabilização dos grandes projetos, necessários ao desenvolvimento econômico e social dos municípios que escolhem a Sanepar como concessionária de água, de esgoto e de resíduos sólidos.